

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**91ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de outubro de 2009.**

**PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO**

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Cleide Vieira, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

(Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 6.950/2009, para o Projeto de Lei nº 18.292/2009 e o Projeto de Resolução nº 1.984/2009.”*

Fica, portanto, convocada uma sessão extraordinária para 2 minutos após o encerramento desta.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

**OFÍCIOS**

**Da Dep. Maria Luiza Laudano, comunicando sua ausência na sessão do dia 16/09/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.**

**Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 17, 21, 22, 24 e 28/09/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.**

**Do Dep. Leur Lomanto Júnior, comunicando sua ausência nas sessões dias 08,09 e 10/09/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.**

**Do Dep. Sandro Régis, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03 e 17/09/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

O Sr. Misael Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, tendo em vista que foi requerida a convocação de uma sessão extraordinária após o encerramento desta, e que há diversos projetos na Ordem do Dia, solicito a V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado Misael Neto, Líder do DEM nesta Casa Legislativa, que solicitou uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, aproveito para convocar, convidar, conclamar todos os parlamentares da Base da Situação para imediatamente se deslocarem até o Plenário desta Casa.

É muito importante, é imprescindível que os parlamentares da Base do governo imediatamente se desloquem até o Plenário desta Casa Legislativa, tendo em vista a iniciativa do deputado Misael Neto.

Temos a intenção de debater, discutir e apreciar projetos da maior relevância e importância para o Estado da Bahia. Estamos decididos a debater especialmente aquele projeto de iniciativa da Mesa Diretora que trata do estabelecimento do subteto e é do interesse de muitos servidores, especialmente aqueles vinculados à Secretaria da Fazenda, que se encontram presentes na Galeria Paulo Jackson. Por isso, convidamos, convocamos todos os colegas parlamentares da Base da Situação para que imediatamente se desloquem até o Plenário desta Casa Legislativa.

Inclusive, solicitamos antecipadamente a todos que aqui se fizessem presentes.

Alguns colegas estão chegando, e outros se deslocando. Sei que muitos se encontram nos seus gabinetes, alguns ainda no restaurante, e outros na biblioteca e demais dependências desta Casa Legislativa. Sendo assim, ainda dentro do tempo que me cabe, de 5 minutos, para a questão de ordem a respeito da solicitação de verificação de quórum, na condição de Líder da Bancada do governo, solicito, conclamo, convido todos os parlamentares, deputados e deputadas, para imediatamente se deslocarem até o Plenário desta Casa Legislativa, pois há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A iniciativa foi do deputado Misael Neto, Líder do DEM nesta Casa, neste Parlamento, por isso é imprescindível que os colegas da Bancada do governo se desloquem imediatamente até o Plenário desta Casa Legislativa, para que possamos apreciar as matérias que se encontram em pauta na tarde de hoje.

São necessários 21 Srs. Deputados presentes, 1/3 do total de parlamentares desta Casa Legislativa. Portanto, aqueles parlamentares da Base do governo que se encontram nas diferentes dependências desta Casa legislativa, nos seus gabinetes, nos restaurantes, no salão anexo aqui ao lado, por favor, imediatamente, desloquem-se ao plenário desta Casa Legislativa. Há uma solicitação de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. O interesse da Bancada do governo é de apreciar, debater, discutir importantes projetos oriundos do Poder Legislativo nesta tarde de hoje, tendo em vista que servidores, especialmente os servidores da Fazenda, oficiais da Polícia Militar, entre outros servidores vinculados a outras secretarias, estão aguardando ansiosamente pela apreciação e votação desse projeto de iniciativa do Poder Legislativo.

Por isso, Sr. Presidente, solicito de V.Ex<sup>a</sup> que também possa nos ajudar convocando, conclamando, fazendo soar as campainhas no sentido de que todos os parlamentares da Bancada do governo, imediatamente, desloquem-se até o plenário, tendo em vista a solicitação de verificação de quórum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou fazer a chamada. V.Ex<sup>a</sup> pediu dos ausentes duas vezes, não é isso?

Veja bem, para a gente não abrir um precedente, vou chamar, porque entenda, no dia que o outro lado for pedir também, vou adotar o mesmo critério, só dou questão de ordem a um. A não ser que tenha um Bloco Independente, entendeu? Se tiver um de um Bloco Independente eu posso conceder, porque aí fica governo, Oposição e Independente. Mas como nenhum Independente pediu, vou fazer a chamada.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estão no Plenário 24 Srs. Deputados, portanto, há quórum para continuar a sessão.

Pequeno Expediente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:-Apenas para estabelecermos as regras daqui para frente. Ontem

foi feita uma verificação de quórum para continuidade da sessão. Imediatamente, V.Ex<sup>a</sup> fez a contagem dos deputados presentes e, como não havia número, corretamente deu por encerrada a sessão. Então, vamos ter o entendimento de que, a partir de hoje, toda vez que houver uma verificação de quórum, após a manifestação dos solicitantes, faz-se a chamada nominal e, se necessário, far-se-a também a chamada nominal dos ausentes. Essa é a forma?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Jurisprudência. É a jurisprudência. Mesmo que o deputado não peça, eu chamarei duas vezes para qualquer dos lados.

O Sr. Gaban:- Perfeito. Esse é o critério. O que pediu, um do outro lado, depois faz-se a chamada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Veja bem: a Presidência estará apresentando um projeto à Mesa, na próxima semana, para o qual espero a aprovação dos Srs. Líderes, para estipular aqui no computador 15 minutos com 25, tendo em vista...

O Sr. Gaban:- Talvez o Regimento, não é? A comissão do Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não. Vou apresentar o projeto aqui, porque não vou aguardar o Regimento, deputado, porque é humanamente impossível, com a tecnologia que temos hoje, o presidente da Assembleia estar fazendo chamada.

O Sr. Gaban:- O deputado Reinaldo, que está ao lado de V.Ex<sup>a</sup>, disse que o projeto, praticamente, era apenas para compor a comissão, que ele já estava com tudo pronto, já tinha sido discutido desde o governo passado. Não estou entendendo. Reinaldo Braga, então, não nos deu uma informação correta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a Presidência cumpre com o seu papel: nomeia a comissão composta por todos os deputados da base. A Presidência não pode obrigar o deputado a fazer as mudanças que achamos necessárias. Enquanto a comissão não se pronuncia, tendo em vista...

O Sr. Gaban:- Prevalece o Regimento, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está prevalecendo o Regimento. Por isso que estou fazendo a chamada; por incrível que pareça, deputado...

O Sr. Gaban:- Quanto a isso eu não contesto. Eu digo, sim, de apresentar algum remendo ao Regimento, já que tem uma comissão com essa finalidade senão, acaba com a comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, acho que é um atraso, uma coisa inacreditável que, em pleno século XXI... Nós investimos. O deputado Clóvis Ferraz fez a licitação, nós pagamos, inauguramos um painel, e voltamos agora para a chamada...

O Sr. Gaban:- Concordo plenamente com V.Ex<sup>a</sup>. É por isso que os membros da comissão, da qual faço parte, têm o dever e a obrigação de agilizar o novo Regimento Interno da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, aí é problema da comissão. A Presidência vai apresentar um projeto e espera o apoio dos seus líderes. Vamos esperar que o projeto seja aprovado pela Mesa, vou tentar. Que se coloque no Regimento 15 minutos e 25, conforme fizemos nestes dois anos. Mas V.Ex<sup>a</sup> levantou

a dúvida de que não está no Regimento, infelizmente sou obrigado a cumprir. Mas acho inacreditável que, em pleno século XXI, o Parlamento com computador caro, e eu seja obrigado a fazer...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, tenho uma sugestão para fazer a V.Ex<sup>a</sup>, no sentido de que concordo... O que se poderia fazer? Faz-se uma dispensa de formalidades, votamos hoje. Na hora em que se fizer uma verificação de quórum, vale para os dois lados, a presença vai ser dada pelo painel, sem prazo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, nós aqui adotamos, num acordo de liderança, 15 minutos para continuidade da sessão e 25... Fizemos isso por dois anos e meio. Mas V.Ex<sup>a</sup> levantou uma questão de ordem, de que não está no Regimento, e eu não posso descumprir nada que está no Regimento, sou obrigado a fazer chamada. Peço até desculpas às pessoas que estão nos ouvindo, à imprensa, porque é inacreditável que voltemos ao tempo das cavernas, ter que fazer chamada! É uma coisa inacreditável!

O Sr. Gaban:- Mas a minha proposta, Sr. Presidente, vai em direção ao projeto de V.Ex<sup>a</sup>, a presença registrada pelo painel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas é isso que eu quero, deputado!

O Sr. Gaban:- Então, mas não ceda a prazo! Imediatamente, fez a verificação, se dá a presença pelo painel. Vale pelos dois lados, presidente, pau que dá em Chico dá em Francisco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado Gaban, vamos encerrar este assunto, por favor! Eu lhe agradeço! Vamos para o Pequeno Expediente. Realmente, V.Ex<sup>a</sup> foi presidente e sabe que é humanamente impossível esperar 30 segundos para a pessoa registrar! Quinze minutos foi um acordo de Lideranças! Agora, infelizmente, aqui, os Líderes fazem acordo e seus liderados não cumprem, entendeu? Foi feito acordo de Lideranças, o deputado Gildásio Penedo, o deputado Waldenor Pereira, salvo engano, e o deputado do PP, na época, que era o deputado Roberto Muniz, fizeram um acordo aqui de público, 15 minutos para a continuidade da sessão e 25 minutos para a votação. Foi um acordo, mas, infelizmente, V.Ex<sup>a</sup>, no seu direito, não aceitou o acordo, e estou obrigado, agora, aqui, a fazer chamada. É uma coisa inaceitável! Inacreditável!

(O Sr. Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é questão de discutir, é de bom senso! Sempre disse aqui que deputado de Oposição é deputado que enaltece o Parlamento, por suas posições políticas, mas não podemos fazer oposição a nós mesmos! O presidente passar toda hora aqui fazendo chamada é humanamente impossível! Mas tudo bem, faz parte do Regimento e temos que cumprir.

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Professor Valdeci pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. PROFESSOR VALDECI:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Galerias, público presente, muito obrigado pelas presenças, quem nos assiste pelo *Canal Assembleia*, quero, a partir do dia de hoje, 6 de outubro, sempre quando for possível, usar a tribuna para falar de um tema que é muito caro para a nossa região e para a nossa Bahia, e sobre o qual as pessoas têm-me cobrado constantemente, principalmente as ligadas à educação pública do Estado, e venho desde janeiro, quando tomei posse aqui, procurando negociar, conversar com o governador, com o secretário da Educação. É um tema sobre o qual não posso mais, digamos assim, me omitir, principalmente com relação a concurso público para professoras e professores da rede estadual da Bahia.

Nosso sistema estadual de educação não aguenta mais as contratações por tempo determinado. Então, passados dois anos e dez meses do nosso governo, temos que, ainda no ano de 2009, baixar um edital de concurso público para provimento de professores e professoras da rede estadual da Bahia para que possamos começar o ano letivo de 2010 com as escolas todas providas de profissionais da educação, no caso, de docentes.

Sei que a minha fala, como deputado estadual do Partido dos Trabalhadores, de uma região com menos de 8% da população do Estado da Bahia, é uma fala que não tem muita repercussão. Mas como autor de sete livros, presidente do Conselho Municipal de Educação no meu município e também participante do Conselho do Fundef, também no meu município, defensor teórico e prático da Constituição Federal, do Plano Nacional de Educação, da Constituição Estadual da Bahia e de todas as normativas do Conselho Nacional de Educação, quero me pronunciar aqui em alto e bom som, dizendo que nós do Estado da Bahia precisamos trabalhar urgentemente no sistema estadual de educação para realização do concurso público para professores e professoras.

Temos, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, na Bahia, no sistema estadual de educação, matriculados na educação básica, 1.248.771 alunos, e nós, o Poder Legislativo, temos a obrigação de trabalhar para que até dezembro de 2009 seja realizado o concurso público para contratação de professores pelo sistema estadual de educação. Então todos os dias, se Deus me permitir, estarei presente a esta tribuna, fazendo essa profissão de fé para, pelo menos no que concerne à contratação de professores, arrumar a casa a fim de que, em 2010, iniciemos o ano letivo, em todas as mil e setecentas e poucas escolas, sem o problema da falta de professores.

Digo isso, porque tenho andado muito em vários municípios e visitado as escolas, o que também é minha obrigação, e isso é recorrente principalmente da direção das escolas. Então quero repetir o número de alunos matriculados, 1.248.771, e dizer que essa não é uma questão nem da Situação nem da Oposição ao governo Wagner, mas uma situação de arrumar a gestão do sistema estadual de educação, uma coisa simples, porque os recursos do Fundeb nos permitem isso.

Então espero que, até dezembro de 2009, possamos fazer a chamada para o concurso público.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, pelo tempo de até cinco minutos.

**O Sr. BIRA CORÔA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, senhoras e senhores aqui presentes, faço uso da palavra, neste momento, para, mais uma vez, saudar e parabenizar os policiais civis do Estado da Bahia aqui presentes, os fazendários, aqui representados pelo Sindfaz, em especial, o vice-prefeito de Itabela, e toda a comitiva que vem acompanhando um vereador de Eunápolis, o qual vem sofrendo uma ação que depõe contra a democracia, porque faz oposição ao prefeito, que tem o domínio da quase totalidade da Câmara.

O referido vereador, eleito pela vontade do povo, com o interesse de defender as ações que dizem respeito à sociedade, vai, por conseguinte, de encontro ao controle, ao círculo vicioso da política estabelecida naquele município, afetando, com certeza, os interesses do prefeito, que, como medida de retaliação, utiliza a ação da Câmara, por intermédio de oito vereadores, na tentativa de retirar o mandato de um vereador eleito pela vontade popular.

Por isso, Sr. Presidente, aproveitando este momento, estamos aqui para registrar a nossa indignação e insatisfação contra a tentativa de descaracterização de um instrumento popular, que é a ação do voto, de desrespeito a uma Casa Legislativa, que é a Câmara de vereadores, e, em especial, para chamar a atenção do TRE-Tribunal Regional Eleitoral, que hoje estará julgando essa ação, para que não se cometa, neste Estado, mais um ato de violência em detrimento dos interesses e da manutenção, sem dúvida, da democracia.

O Brasil vive o melhor momento de implantação do sistema democrático com a condução do presidente Lula, porque nenhum município deste País que sofreu uma violência deixou de ser atendido em uma das ações das políticas implementadas pelo governo por ser e oposição. No Estado da Bahia, em igual condição, nenhum município sofreu discriminação ou desrespeito do governador Jaques Wagner por não estar na sua base de apoio. Mas infelizmente vemos um vereador que desenvolve o seu papel, cumpre a ação de acompanhar as ações e a prestação de contas públicas cobrando da administração o compromisso com seu povo, sofrer tentativas de rasgarem a Constituição e a legislação eleitoral na perspectiva de reduzirem o número de cadeiras aleatoriamente, o que desrespeita todos os princípios com o único objetivo de eliminar um mandato atuante que tem dado conta de suas obrigações, correspondendo aos interesses da sociedade na fiscalização da gestão pública.

Então, Sr. Presidente, por tudo isso não poderia deixar de utilizar esta tribuna para chamar a atenção desta Casa registrando o nosso protesto e, acima de tudo, reafirmando o nosso apoio ao nobre vereador Lucas Leite porque, sem dúvida alguma, ele vem cumprindo o seu papel no Parlamento ao referendar a importância de manter as Casas Legislativas com autonomia, direito de acompanhamento, respeito e principalmente o poder de exercer o direito do povo. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais presentes, quero saudar os policiais do Sindipoc que se encontram aqui e também os fazendários do Sindsefaz que estão aguardando a votação do projeto do subteto que se encontra na Ordem do Dia. Nós nos esforçaremos para que seja votado ainda hoje. É o nosso esforço.

Queria dizer que os bancários estão em greve há treze dias. É um movimento forte, nacional. Na Bahia as agências, principalmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, estão quase que totalmente paralisadas. Nas dos bancos privados a adesão é menor, mas a paralisação está muito forte e cada vez mais consolidada.

Pela manhã, tivemos uma audiência com o secretário da Segurança Pública para discutir a relação da Polícia Militar em função da greve dos bancários, isso porque em algumas situações o Bradesco tem utilizado a PM numa tentativa de desmobilizar o movimento grevista.

Conversamos com o secretário, e aqui é importante dizer que quero aplaudir a atuação da Secretaria da Segurança Pública nesse aspecto porque, em todos os problemas que aconteceram nesta situação de o Bradesco tentar utilizar a Polícia Militar para impedir o movimento grevista, a SSP foi eficiente não permitindo que isso acontecesse.

Os bancos vêm utilizando de mecanismos retrógrados como tentar, através de um mecanismo jurídico chamado interdito proibitório, impedir o movimento. Mas, não tem conseguido êxito porque a Justiça tem colocado e tem decidido favoravelmente aos bancários, porque essa é uma greve justa. O interdito proibitório não se aplica à greve e a Justiça tem entendido isso.

Portanto, os bancos que sempre utilizaram o chamado interdito proibitório para tentar desmobilizar o movimento grevista, não estão obtendo êxito. E os bancos, que sempre utilizaram a polícia para tentar desmobilizar o movimento grevista, também não estão obtendo êxito porque a segurança pública do governo é eficiente, que tem como objetivo garantir a segurança da população e não de um segmento da população.

A polícia não está e não poderia estar a serviço dos bancos e nesse aspecto nós queremos aplaudir a atuação da Secretaria da Segurança Pública. Todos os problemas identificados nesse momento em que os bancos tentaram utilizar a Polícia Militar para desmontar a greve de forma ilegal, porque não é papel da Polícia Militar estar se colocando a serviço de um banco ou de outro banco. É papel da Polícia Militar garantir a segurança pública de toda a sociedade, incluindo aí os bancários, os grevistas, os clientes e toda a população. Nesse aspecto, a Polícia Militar tem agido de forma correta, eficiente, tem se colocado de forma a garantir efetivamente a segurança, e não de forma a interferir no movimento grevista como aconteceu no passado, como aconteceu em dezenas de greves que nós fizemos no passado.

Então, a polícia hoje está agindo de forma correta no que pese à tentativa, principalmente do Bradesco de tentar utilizar a polícia para desmontar, para

desmobilizar o justo movimento grevista dos bancários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Waldenor Pereira. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 5 minutos. (Pausa)

Falará no lugar do deputado Clóvis Ferraz, o deputado Gaban.

**O Sr. GABAN:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup> Deputadas, após o pronunciamento, ontem, do prezado deputado Paulo Azi, questionamos aqui dentro da linha de raciocínio de V.Ex<sup>a</sup>, os membros do PP que aqui se encontravam, seu vice-líder e a deputada Eliana Boaventura que estava presidindo a Mesa.

A informação que a deputada Eliana deu foi que se não tivesse sido derrubada a sessão de ontem, os esclarecimentos necessários por parte do PP estariam sendo dados com relação ao desvio e superfaturamento da Bahia Pesca. E até agora não vi o líder, então V.Ex<sup>a</sup> fica encarregada, porque o líder disse que não iria dar nenhum esclarecimento aqui, não. V.Ex<sup>a</sup> vai dar, então ótimo, porque de duas, uma. Ou o Líder do PP nesta Casa mentiu, seria irresponsável, leviano, não se pode usar a tribuna apenas por uma troca ou a perda de um vereador ou então tem desvio, porque ele disse aqui desta tribuna, deu o nome da empresa, deu os valores.

Eu continuo, com todo respeito que tenho aos membros do PP, quero acreditar que... O deputado Paulo Rangel tem um passado, sem nenhum demérito ao PP, Paulo Rangel tem um passado, um presente, acredito que queira ter um futuro. Mas vir mentir, criar fatos acusando um partido da base do governo de estar desviando dinheiro, informando o nome da empresa, os valores, e depois correr do pau?! Isso vai ficar ruim para o PT, viu?

Por outro lado, deputado Álvaro Gomes, o Ceará tem a metade da arrecadação da Bahia e investiu mais de cinco vezes do que o nosso Estado. Se se pegar os 2 anos e meio de administração, o governo cearense investiu 258 milhões. Já a Bahia, no mesmo período, aplicou somente 88. Lá não há nenhum membro da PM que não tenha colete e armamento apropriados. Quanto às viaturas, nem se fala, são *hilux*.

Então, não pode vir falar em segurança pública. Só se não tiver família que more na Bahia ou, então, se não tiver amor pela própria vida. Ora, existe até um código de ética dentro das cadeias e das penitenciárias baianas! Isso mostra o descontrole do governo. Quem manda dentro das penitenciárias e nos bairros periféricos é o crime organizado. Alguém tem coragem de vir dizer o contrário? Não se pode defender um governo por defender. Aí acaba falando besteira.

Da mesma forma aconteceu quando vieram aqui, no início do ano, defender o governo e disseram que eu estava mal informado, pois o Estado estava crescendo. Crescendo, infelizmente, uma banana! Gostaria de que a Bahia estivesse crescendo, sim, mas ela cresce como um rabo de cavalo! Comparado com o ano passado, é o único Estado do Nordeste que caiu a arrecadação mês a mês! É o único, repito, que

caiu a sua arrecadação nesses 8 meses.

E isso por causa do partido de V.Ex<sup>a</sup>, Javier. Vocês estão mandando no Sindsefaz! Transformaram a Secretaria da Fazenda, que era uma referência nacional, em um cabide de empregos do PCdoB. Essa Pasta está politizada, por isso a Bahia é o último Estado do Nordeste em crescimento de arrecadação nesses 9 meses. Nem estou falando mais dos últimos oito meses. A Bahia é o penúltimo estado do Brasil! O seu partido está “campando” as finanças estaduais.

Javier, o partido de V.Ex<sup>a</sup>, o PCdoB, engessou politicamente este Estado. A Bahia gastou – vou pegar os gastos até o 8º dia útil de setembro – nos 8 primeiros meses 661 milhões a mais com folha de pessoal do que arrecada com ICMS. Esse é o grande trabalho que o PCdoB está fazendo no governo do Estado da Bahia!

Só lamento, deputado Javier, porque vai nos dar um trabalho danado, daqui a 1 ano e 3 meses, para recuperar este Estado. Aí, sim, será uma verdadeira herança maldita. Repito, herança maldita!

O secretário da Saúde faz um concurso em que quem está na milésima colocação passa a ser o primeiro. Age assim para só botar o pessoal do PT...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir.

**O Sr. GABAN:-** (...) Por isso, o Ministério Público agiu para acabar com esse concurso fraudulento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre deputado.

**O Sr. GABAN:-** Completando, Sr. Presidente.

Usam artifícios de última hora, que não fizeram parte desse concurso público, para colocar médicos ligados ao PT nos principais cargos. Agem assim para inviabilizar a nossa administração a partir das eleições do ano que vem.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Como presidente em exercício, autorizo a segurança a permitir a colocação das duas faixas nas Galerias.

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o próximo orador inscrito, o nobre deputado Isaac Cunha. (Pausa) Com a palavra o próximo orador inscrito, o nobre deputado João Carlos Bacelar. (Pausa) Com a palavra o próximo orador inscrito, o nobre deputado Misael Neto. (Pausa) Com a palavra o próximo orador inscrito, o nobre deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de até 5 minutos.

Antes do orador usar da palavra, autorizo a colocação da faixa dos agentes de tributos.

**O Sr. ELMAR NASCIMENTO:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. da Imprensa, na semana passada assisti ao nobre deputado Líder do Partido dos Trabalhadores acusar desta tribuna mais do que o aparelhamento político: a corrupção, com superfaturamento na compra de materiais e dispensa de licitação, e citar o nome da empresa Bahia Pesca.

Quero dizer que por se tratar do Líder do Partido dos Trabalhadores, ainda mais de um deputado da qualidade e da extirpe do deputado Paulo Rangel, eu não poderia ter outra conduta que não a que tenho tido todas as vezes que se apresenta

uma denúncia aqui.

Há pouco me foi apresentada uma denúncia feita pela Liderança da Oposição, dirigida ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público Estadual e à Procuradoria Geral de Justiça, solicitando ampla investigação. Aqui, eu a subscrevi.

Ouvi nos *blogs* as colocações de deputados, falando da possibilidade da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. As duas comissões Parlamentares de Inquérito instauradas nesta legislatura foram: a CPI da Ebal, que eu assinei; e a CPI do Caso Neilton, apresentada pelo deputado João Carlos Bacelar, que também assinei. E agora, seja feita por quem for, se vier a CPI para apurar os atos de corrupção na Bahia Pesca, eu também assinarei.

Com todo o respeito que tenho pelo deputado Zé Neto, devo dizer aqui, nesta Casa, que a única coisa com concreta em sua colocação, deputado Zé Neto, é que houve sujeira. Mas roupas sujas se lavam em casa, e dinheiro público não é a nossa casa.

O deputado Paulo Rangel trouxe aqui dados concretos da corrupção e do superfaturamento de produtos, com que são vendidos no balcão por determinados preços sendo comprados superfaturados e com dispensa de licitação pela Bahia Pesca. Isso, para mim, é o mais importante.

O aparelhamento político, o fisiologismo, o clientelismo são parentes do nepotismo e irmãos da corrupção. Fatalmente esse tipo de coisa iria acontecer num governo que não tem compromisso com a seriedade. Fatalmente isso iria acontecer num governo que, na hora de escolher os seus quadros, pouco se importa com o passado de quem está sendo indicado.

Vai acontecer na Agerba, porque o próprio Partido dos Trabalhadores, através do atual secretário Rui Costa e do deputado federal Zezéu Ribeiro, já disse que o atual diretor da Agerba era corrupto no passado. E se era corrupto no passado, é corrupto no presente, não existe ex-corrupto.

Eu digo a V.Ex<sup>a</sup>, deputado Zé Neto, que faço o meu mandato com independência. Pode vir com CPI da Ilha do Urubu que eu assino também. O que estiver errado tem que ser apurado, não tenho medo que qualquer coisa seja investigada. Não é com a ameaça de propor uma CPI sobre um fato ocorrido há 3 anos, que trazem agora para abafar a corrupção denunciada com coragem pelo deputado Paulo Rangel, que vão calar-nos. Assino quantas CPIs forem necessárias, para cumprir com meu dever.

O que não pode é esta Casa tratar como aparelhamento político um caso de improbidade, de corrupção deslavada, com provas trazidas aqui com muita coragem pelo Líder do Partido do Trabalhadores nesta Casa. Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há corrupção na Bahiapescas, porque acredito nas palavras do deputado Paulo Rangel. Ele disse qual é a empresa que está promovendo a corrupção. Ele disse quem é que está corrompido. Ele disse quem é que está manuseando. Ele trouxe todos os fatos. E dizer que roupa suja se lava em casa...

Meu caro companheiro Zé Neto, ainda bem que V.Ex<sup>a</sup> reconheceu que há sujeira, agora não é a casa do PT e nem a casa do PP, é dinheiro público. E desvio de

dinheiro público tem que ser apurado com transparência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, desde do início desta legislatura que se trava nesta Casa uma batalha com relação aos critérios que devem ser adotados para a composição das comissões técnicas deste Parlamento.

A Oposição, inicialmente, defendeu, até em conformidade com o princípio da fidelidade partidária, que fosse utilizada como critério para composição das comissões a data das eleições. V.Ex<sup>a</sup>, como presidente desta Casa, não acatou o questionamento da Oposição, que foi à Justiça na tentativa de preservar aquilo que considera direito. A Justiça, inicialmente, reconheceu o direito da Oposição, mas por uma falha regimental a decisão do Poder Judiciário foi adiada. Recordo-me, Sr. Presidente, que a defesa que este Poder, na pessoa de V.Ex<sup>a</sup>, fez no Poder Judiciário arguia que o critério correto não deveria ser a data da eleição, mas sim a data da posse. Foi essa a defesa feita por V.Ex<sup>a</sup> no Poder da Justiça.

Para surpresa de todos nós, após a decisão do Poder Judiciário, V.Ex<sup>a</sup>, numa mudança de posicionamento, passou a considerar como sendo o critério para a definição do cálculo das comissões nem o dia das eleições, nem a data da posse, mas o dia de hoje. Foi a decisão que V.Ex<sup>a</sup> tomou no último mês, que o que valia era a data do momento, era a data de hoje. Naquela ocasião, Sr. Presidente, o PMDB, que fazia parte da base do governo, comunicou a esta Casa que estava deixando a base do governo e passando a se tornar uma Bancada independente nesta Casa.

Recordo-me de que V.Ex<sup>a</sup>, ao receber o ofício do PMDB, de imediato, com base no artigo 35 do Regimento Interno, determinou a dissolução das comissões. Uma semana depois, V.Ex<sup>a</sup>, também sentado nesta cadeira, recebe um comunicado do Bloco PSDB-PTdoB-PTB-PSL informando que estava deixando a base do governo e tornando-se também uma Bancada independente. V.Ex<sup>a</sup>, de pronto, até em coerência com o que fez com relação ao PMDB, anunciou a esta Casa a dissolução, mais uma vez, das Comissões e a reabertura de prazo para indicação de membros.

Pois bem, Sr. Presidente, hoje tomamos conhecimento através do Diário Oficial de mais uma alteração nas representações partidárias desta Casa. O PCdoB que fazia parte do Bloco do governo também deixa o Bloco da Maioria e passa a formar o Bloco Independente com o PSDB, o PT do B e o PSL.

O que eu quero neste momento, Sr. Presidente, é única e exclusivamente solicitar a V.Ex<sup>a</sup> que faça como das duas vezes anteriores, que V.Ex<sup>a</sup> de pronto comunique a esta Casa que estão, mais uma vez, destituídos os membros das comissões e reabra o prazo para que todos os partidos possam, conforme novo cálculo proporcional, indicar os novos membros para a composição das presentes comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex<sup>a</sup> fez um relato com muita precisão para a Presidência da Assembleia Legislativa quando argumentou ao Tribunal de Justiça que gostaria de que fosse no dia da posse.

V.Ex<sup>a</sup> é testemunha e eu ressalto essa decisão. Só que a Justiça decidiu pela nulidade do processo, conseqüentemente voltar ao que é de praxe, ou seja, pelo menos ao longo desses 20 anos que estamos aqui, que é o do dia do Parlamento. Isso, inclusive, vem para reforçar o artigo 35 que diz que “*Será sempre revista a representação partidária nas Comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificação ou dissolução de Bloco Parlamentar*”.

Acontece que o artigo 35, inclusive foi colocado porque se fosse a data da posse, só existe uma posse, conseqüentemente jamais poderiam ser feitas as dissoluções.

Deputado Paulo Azi, V.Ex<sup>a</sup> fez uma correspondência ontem para a Presidência pedindo-nos que fizéssemos os cálculos. Fizemos os cálculos, e eles estão mantidos. Até responderei de público para V.Ex<sup>a</sup> que a Presidência, tomando conhecimento das suas informações, todos os deputados, inclusive o próprio Presidente Marcelo Nilo, comunicaram à Mesa Diretora a saída de partido a para partido b, mandamos publicar todos, todos, sem exceção. Mandamos publicar e convocamos o Sr. Secretário Geral da Mesa, Carlos Machado, ontem às 21 horas, para fazer os cálculos, e estes foram mantidos iguais, não houve nenhuma modificação.

Todos os Blocos continuam com o mesmo percentual. Se V.Ex<sup>a</sup> me provar que tem modificação em um cálculo, eu refarei agora, porque já fizemos os cálculos. Vou ler, para que fique registrado, inclusive estou assinando agora a carta que fiz pra V.Ex<sup>a</sup>.

(Lê) “*Em atenção ao Ofício nº 2009/225-GAB.PA, informo a V.Ex<sup>a</sup> que, considerando as comunicações dos Srs. Parlamentares a esta Presidência sobre mudanças de partido – todas publicadas no Diário do Legislativo – não se configuram ainda quaisquer alterações nos cálculos das composições das Comissões Permanentes.*

*Esclareço também a V. Exa. Que, quanto à distribuição dos horários em Plenário, ficaram apenas 02 (duas) Representações, tendo em vista que o PC do B, passou a integrar o Bloco Parlamentar PSDB/PTDOB/PSL/PTB.*”

Vou ler aqui para V.Ex<sup>a</sup>. Pelos cálculos da Mesa, com todos que foram publicados no dia de hoje, e quero registrar que até a zero hora de hoje, todos os deputados que comunicaram à Presidência, mandamos publicar.

Lerei aqui para os cálculos.

Bloco da Maioria - PT, PP, PDT, PSC, PRP, PRTB, PSB, PMN - fica com 3,68, portanto 4 Srs. Deputados.

O Sr. Elmar Nascimento:- São quantos deputados na Bancada?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 29, lerei agora. PT, PP, PDT, PSC, PRP, PRTB, PSB, PMN. Se V.Ex<sup>a</sup> exigir eu digo os nomes dos deputados. Se tiver algum equívoco V.Ex<sup>a</sup> diga, por favor. PT – 10, PP – 5, PDT – 5...

O Sr. Elmar Nascimento:- Por que 5?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se V.Ex<sup>a</sup> quiser eu explico. Os dois deputados, deputado João Bonfim, deputado Marcelo Nilo e Paulo Câmara.

O Sr. Elmar Nascimento:- E Emério Resedá?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não comunicou, não recebi nada do deputado Emério Resedá.

Continuando a leitura, PSC – 4, PRP – 2, PRTB – 1, PSB – 1 e PMN - 1.

Bloco da Minoria – 12 Srs. Deputados, dos quais 11 são do DEM e 1 do PTN, o que dá 1,52.

Bloco Parlamentar PSDB, PSL, PT do B, PC do B – 7 Srs. Deputados, o que dá 0,88.

O Sr. Elmar Nascimento:- Quais são os 7, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- PSDB - 2, PSL - 1, PTdoB – 1 e PCdoB – 3.

No PMDB são 8 Srs. Deputados, o que dá 1,01.

No PR são 6 Srs. Deputados, o que dá 0,76.

Assim, a Maioria fica com 4; o Bloco da Minoria fica com 1; o Bloco PSDB, PSL, PTdoB e PCdoB fica com 1; o Bloco do PMDB fica com 1 e o PR fica com 1. Exatamente igual como era ontem, portanto, não houve nenhuma modificação deputado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Daqui a pouco darei a sua questão de ordem, deputado.

Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:-O PMDB saiu do governo e falamos aqui, insistentemente, a V.Ex<sup>a</sup> que não era necessário dissolver as comissões porque não havia alteração. O PMDB tinha 1 representante dentro da Base do governo e continuava com 1, mas V.Ex<sup>a</sup>, insistentemente, se agarrou ao Regimento dizendo que houve uma alteração nas representações partidárias e com isso autorizou a dissolução, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex<sup>a</sup> sabe do apreço que tenho a V.Ex<sup>a</sup>, mas o PMDB estava no Bloco do governo, o deputado Leur Lomanto não tinha direito de indicar nenhum membro...

O Sr. Paulo Azi:- Tinha sim!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor, me deixe concluir o raciocínio. O deputado Leur Lomanto pediu para sair do Bloco do governo e a partir daquele momento ele tem o direito de indicar quem ele quiser, ou seja, modifica as representações. Nesse caso que estamos discutindo não foi assim! São todos os mesmos Blocos, sem nenhum ir para o governo, nem para a Maioria, nem para a Minoria nem para um Bloco Independente.

O deputado Leur Lomanto me questionou dizendo que a partir daquele momento ele era Independente e tinha o direito de indicar, e fomos obrigados a aceitar.

Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, reiterando as palavras do deputado

Paulo Azi, que inclusive naquele momento, o PMDB deixando o Bloco da Maioria e passando a formar um Bloco Independente não houve alteração nenhuma. Na verdade, o PMDB naquela época teria até vagas a mais, e fiz uma questão de ordem colocando que abriria mão dessas vagas do PMDB.

O artigo 35 é muito claro, Sr. Presidente, sempre será revista a representação partidária nas comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificações ou dissoluções do Bloco parlamentar. E foi exatamente o que aconteceu, o PCdoB saiu da Bancada do governo e se tornou uma Bancada Independente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não houve modificação nos cálculos, deputado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, o critério tem que ser o mesmo adotado por V.Ex<sup>a</sup> naquela ocasião do PMDB. Acredito que V.Ex<sup>a</sup> será coerente e também adotará essa mesma posição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Leur Lomanto, não houve modificação nos cálculos, o Líder do governo continua indicando 4 pessoas. Se formos zerar sem modificação nos cálculos essa Casa não vai andar. Só podemos zerar quando há modificação nos cálculos. Quando o deputado Waldenor saiu, ele perdeu um membro. Então, V.Ex<sup>a</sup> tem direito a um membro, e quem estava indicando era o deputado Waldenor. Houve completamente uma modificação. É diferente, neste caso, em que todos os partidos mantêm a mesma indicação, deputado.

O Sr. Leur Lomanto:- Mas o art. 35 é claro, Sr. Presidente, não fala em composição de comissão, fala em modificação de bloco parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não houve modificação nenhuma, deputado. Não houve modificação nos cálculos.

O Sr. Leur Lomanto:- Sr. Presidente, o PCdoB pertencia a um bloco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, vários partidos aqui já saíram da independência para outros blocos. O deputado João Carlos Bacelar era do PTN, era individual, se aliou ao DEM, e não houve modificação nenhuma.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente o que quero questionar aqui é a legalidade da formação do novo bloco. O Regimento da Casa, no art. 34, diz que as Bancadas ou Representações Partidárias, por decisão da maioria de seus membros, poderão constituir bloco parlamentar sob liderança comum, vedada a participação de cada uma delas em mais de um bloco, desde que seja integrado por pelo menos um décimo dos deputados. E mais, no seu parágrafo 5º, diz que o bloco será extinto se os desligamentos de Bancada ou representação resultar em composição percentual inferior à exigida no *caput* desse artigo. Ou seja, 6.

O *Diário Oficial* da Casa, de hoje, traz uma correspondência com o seguinte teor:

“Sr. Presidente, os deputados infrafirmados do Partido Comunista do Brasil vêm, na forma regimental, comunicar a V.Ex<sup>a</sup> o seu ingresso no Bloco Parlamentar

PSDB/PTdoB/PSL/PTB.”

Sr. Presidente, o Regimento é muito claro, isso não é uma declaração unilateral de vontade, é preciso que o bloco aceite. Só se compõe um novo bloco a partir da aceitação dos parlamentares desse bloco. São duas razões, Sr. Presidente.

A outra questão é que se trata de um bloco independente. O art. 36 diz que, na mesma sessão legislativa, ordinária ou extraordinária, não serão permitidas nas participações da Bancada ou de Representação uma formação de mais de um bloco parlamentar. O PCdoB participava do Bloco da Maioria e não pode vir a formar um novo bloco parlamentar com um bloco independente na mesma sessão legislativa. O art. 36 é muito claro. Ele pode até ser independente, mas não formar um novo bloco parlamentar na mesma sessão.

Além do que, esse ofício teria que ter também a assinatura e anuência da maioria do PSDB, dos membros do PTdoB e do PSL, concordando, porque está se constituindo um novo bloco parlamentar. Eu não posso chegar aqui agora e dizer que, a partir de hoje, estou no Bloco da Oposição, se esta não aceitar. Eu não posso ser da Oposição se eles não quiserem. O art. 34 é muito claro, a constituição do bloco se dá pela maioria dos membros de todos os partidos envolvidos. Não pode se fazer um bloco simplesmente com um ofício do PCdoB, que quer se integrar a um bloco agora sem a anuência dos outros parlamentares dos outros partidos.

O art. 34, no parágrafo 5º, extinguiu um bloco a partir da saída do PTB e dos outros parlamentares, e eles não têm mais um bloco de 6, esse bloco está extinto. O que se pode, na próxima sessão legislativa, é se constituir um novo bloco parlamentar, mas não prevalecer a existência de um bloco que foi extinto por não preencher mais o requisito de ter 6 parlamentares, Sr. Presidente.

Portanto, a formação desse bloco, também para a constituição, é necessário um ato da Mesa, subscrito por V.Exª, constituindo o bloco, e não esse ato que V.Exª acertou quando não constituiu, porque para constituir um novo bloco tem que ter anuência dos outros partidos. Nisso V.Exª está certo. Eu não posso considerar como legalmente constituído um bloco se não forem ouvidos os outros partidos integrantes. No máximo da boa vontade que V.Exª tiver, teria que ouvir os representantes do PSDB, do PT do B e do PSL para saber se eles concordavam com a formação desse novo Bloco. Se não concordarem, não pode se formalizar um novo Bloco Parlamentar, e, mesmo que concordassem, não pode, conforme o art. 36, na mesma sessão legislativa, se formar um novo Bloco. Era do Bloco da Maioria, formar um novo Bloco, agora formar um Bloco independente.

Só para mostrar a V. Exª, esse Bloco poderia, por exemplo, ser o Bloco da Oposição, porque esta é constituída pelo maior partido, que diverge dela. Se fosse um Bloco de 13, se o PMDB resolver, por exemplo, a partir de amanhã, formar um bloco com o PSC, não poderá. O PSC, que está até hoje no Bloco do governo, teria um Bloco maior do que o da Oposição e passaria a ter a Liderança desta. É isso que o Regimento impede.

Portanto, peço que V. Exª declare a ilegalidade do Bloco até que, no mínimo, sejam ouvido os outros parlamentares e deferido o art. 36, que impede a formação de

um novo Bloco, na mesma sessão legislativa, com o partido que já pertencia ao Bloco da Maioria, que é PC do B.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar Nascimento, primeiro o PC do B, aqui, era individual, pertencia ao Bloco da Maioria, mas era individual, sozinho, tanto é que indicava o tempo deles sozinhos...

O Sr. Javier Alfaya:- Era sozinho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se ele tivesse pertencido a outro Bloco parlamentar, eu indeferiria...

Quero registrar que, quando recebi o ofício dos deputados Edson Pimenta, Álvaro Gomes e Javier Alfaya, mandei a Secretaria da Mesa pesquisar se eles já tinham pertencido a outro Bloco Parlamentar este ano, porque tinha a impressão de que o tinham com o Bloco do deputado Euclides Fernandes, e fui informado de que isso ocorreu no ano passado.

Portanto, deputado Elmar, infelizmente, sou obrigado a indeferir o pedido de V. Ex<sup>a</sup>. A praxe, nesta Casa, é que quando um Bloco vai, se ninguém contestar, fica. Tenho fé de ofício, o deputado aqui é testemunha de que o deputado João Carlos Bacelar, que era individual, quando foi para o DEM, em nenhum momento questionei se o DEM o aceitava! Tenho de ter de ofício, deputado!

Agora, se a maioria desse Bloco me informar que não aceita, eu indefiro! Se a maioria disser que não aceita, eu indefiro! Claro, porque é a Maioria que decide!

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

Primeiro, o deputado Waldenor Pereira, depois, o deputado Pedro Alcântara e o deputado Arthur. Vai pela ordem de inscrição.

Srs. Deputados, por favor, o deputado Waldenor ouviu a todos atentamente! Vamos, portanto, ouvir o Líder do governo, por favor!

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, gostaria de invocar, exatamente, os arts. 34 e 35.

O art. 35, destacado aqui pelo deputado Leur Lomanto e pelo deputado Elmar Nascimento, diz que será sempre revista a Representação Partidária nas comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificação ou dissolução de Bloco Parlamentar.

O art. 34, deputado Elmar, se quiser me acompanhar, define, com clareza, o que é um Bloco parlamentar quando diz: (lê) *“As Bancadas e/ou Representações Partidárias, por decisão da maioria de seus membros, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob liderança comum, vedada a participação de cada uma delas em mais de um bloco desde que seja integrada pelo menos por 1/10(um décimo) de deputados.”*

Ora, o art. 34 define o que é Bloco parlamentar. Tem que ter, no mínimo, seis parlamentares compondo o Bloco parlamentar, isso é importante! Tem que ter, no mínimo, seis parlamentares para caracterizar um Bloco parlamentar, e o art. 35 é

claro, Sr. Presidente! Por isso, V. Ex<sup>a</sup> tem razão ao determinar que só haverá recomposição se existir alteração do Bloco Parlamentar. Portanto, a argumentação apresentada pelo deputado Elmar Nascimento a respeito do PCdoB não se sustenta, uma vez que não há alteração de Bloco Parlamentar.

Em segundo lugar, é importante destacar - e V.Ex<sup>a</sup> já o fez com bastante propriedade - que o Partido Comunista do Brasil não participou de nenhum Bloco Parlamentar neste ano legislativo. Portanto, ao PCdoB é possível, sim, participar de um Bloco Parlamentar, como foi publicado no Diário Oficial de hoje, exatamente porque neste ano legislativo ainda não havia participado de nenhum.

Então, eu queria reconhecer o esforço da Bancada da Oposição em naturalmente tentar impedir a continuidade dos trabalhos, visto que é papel dela a utilização de argumentos nesta perspectiva. E a gente reconhece e respeita, inclusive, o comportamento oposicionista. Mas nessas duas questões de ordem os argumentos apresentados não se sustentam, primeiro porque de fato não há alteração de Bloco Parlamentar. Segundo, o PCdoB participa de bloco pela primeira vez neste ano. E terceiro lugar, Sr. Presidente, Bloco Parlamentar é aquele conjunto de parlamentares que integram um mínimo de 1/10 dos deputados desta Casa Legislativa. Portanto, 1/10 representa no mínimo 6 parlamentares na composição de um Bloco Parlamentar.

O art. 35 é muito claro: só haverá recomposição se houver dissolução de Bloco Parlamentar. Portanto, não está havendo nenhuma dissolução de Bloco Parlamentar, e V.Ex<sup>a</sup> está correto no encaminhamento que está dando a essa questão de ordem.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Teve dissolução quando o PMDB saiu...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu gostaria de pedir ao deputado Arthur Maia que fizesse uso da palavra na sua questão de ordem e nos permitisse concluir a nossa com a devida tranquilidade e ponderação, porque nós só queremos, à luz do Regimento, fazer as avaliações que forem necessárias para que o presidente possa acolher ou não as questões de ordem formuladas. Na nossa opinião, elas não podem ser acolhidas porque não apresentam sustentação regimental para tanto.

Era essa a nossa questão de ordem, Sr. Presidente. Agradeço a V.Ex<sup>a</sup> pela tolerância de ouvir as nossas apreciações a respeito desses dois artigos que dão sustentação à decisão do senhor como presidente desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, eu agradeço o acolhimento desta questão de ordem. Procede bem V.Ex<sup>a</sup> quando não acolhe essas questões de ordem proferidas pelos deputados da Minoria aqui nesta Casa.

O meu entendimento vai no sentido do Líder da Maioria, Waldenor Pereira, que foi muito claro em relação ao entendimento dos artigos que tratam dos Blocos Parlamentares. Não é apenas pinçar um artigo só. Nós temos de ler porque eles são intercalados e têm consequência entre si: os arts. 34, 35 e 36.

Em relação à questão do PMDB, já foi bastante esclarecida. Na época, o

partido abria mão da indicação e passava a da sua cota ao Bloco da Maioria. Como ele se desligou, exigiu por direito, haja vista que tem número suficiente, indicar seus membros nas suas Comissões. E o que ocorreu V.Ex<sup>a</sup> acolheu.

Sobre a questão de um partido oficializar que deseja participar de um bloco, a manifestação deste, pela sua maioria, é no sentido da rejeição, e não do acolhimento. O acolhimento não precisa de manifestação, a não ser que a maioria dos partidos que pertence a esse bloco se manifeste em sentido contrário. Aí precisa a manifestação.

Neste caso de acolhimento, não há necessidade de manifestação, e o Regimento é muito claro.

Em relação ao PCdoB é muito claro que este partido fazia parte da base do governo, mas não era do Bloco da Maioria, e sim um bloco independente. Era um partido com representações independentes, haja vista que tinha seu horário, seu Líder.

Então, não vejo nenhum motivo de acolhimento das questões de ordem proferidas pela Oposição. V.Ex<sup>a</sup> está respaldado no Regimento Interno. Foi muito claro, muito seguro. Quero parabenizar V.Ex<sup>a</sup> por essa atitude de hoje, que não contraria em hipótese alguma nenhum artigo com relação aos Blocos Parlamentares aqui nesta Casa.

É esse o nosso entendimento, é essa a nossa manifestação.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, como já foi dito antes de mim, dentro desse critério adotado pela Presidência, de dissolver as comissões a partir de mudanças dentro dos Blocos partidários – critério que a meu ver teria de ser repetido agora no caso do PCdoB, porque eu próprio naquela ocasião fiz aqui uma questão de ordem instando V.Ex<sup>a</sup> com a argumentação de que não haveria qualquer modificação de membros da comissão. Os membros que estavam representando o PMDB, ainda que tivessem vindo para as comissões via o ofício encaminhado pelo Líder do Bloco da Maioria, do qual fazíamos parte, e o deputado Waldenor Pereira, não pretendíamos mudar, e não mudamos nenhum dos integrantes.

O Líder do PMDB, deputado Leur Lomanto, aqui neste Plenário, naquele momento, fez essa questão de ordem, dizendo a V.Ex<sup>a</sup> que nada seria modificado, absolutamente nada, permaneceriam os mesmos membros. Ainda assim, V.Ex<sup>a</sup> insistiu na tese de que as comissões deveriam ser dissolvidas.

Agora, com essa modificação do PCdoB, V.Ex<sup>a</sup> toma uma decisão a nosso ver contraditória. V.Ex<sup>a</sup> alega que não haveria agora uma modificação porque quem indicaria o seria o Líder do PCdoB, não é o caso. Quem indicou a representação do PCdoB nas comissões foi o Líder da Maioria foi o deputado Waldenor Pereira. Ele indicou os membros do PCdoB que hoje fazem parte das comissões. Podem buscar no *Diário Oficial*, na Secretaria da Mesa.

Quem indicou os membros do PCdoB, meu caro presidente, foi o Líder Waldenor Pereira. Quanto a isso não há qualquer dúvida, de sorte, que se o critério de V.Ex<sup>a</sup>, a resposta que V.Ex<sup>a</sup> deu, é de que haveria uma indicação que foi feita pelo Líder, é o mesmo caso. Neste momento, não será mais o Líder Waldenor Pereira que

irá indicar, de sorte que, para V.Ex<sup>a</sup> ser coerente, teria que dar continuidade àquela posição e neste momento extinguir as comissões.

Mas quero ir além. Logo depois desse movimento do PMDB, o deputado Paulo Câmara informou aqui uma mudança de posição do seu Bloco. Fez isso de forma verbal, aqui na Mesa, leu o requerimento, depois deu entrada no requerimento. Leu aqui esse requerimento e verbalmente comunicou esse posicionamento.

V.Ex<sup>a</sup>, automaticamente, sem esperar a publicação, determinou, Sr. Presidente – vide notas taquigráficas, conheço-o há mais de 20 anos e sei que V.Ex<sup>a</sup> preza pelo seu nome, pela sua palavra –, naquele momento, que fossem extintas as comissões ante uma questão de ordem formulada pelo deputado Elmar Nascimento, mas V.Ex<sup>a</sup> acolheu, aliás, que seriam três sessões ordinárias até a indicação dos Líderes e ponto final.

Pois bem, Sr. Presidente, tenho aqui em minhas mãos um ofício que foi protocolado agora nesta Casa. Esse ofício foi entregue aqui pelo representante do PSC.

“Ofício 2009 nº 026/Gab. Lid. PSC”

(Lê) *“Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Marcelo Nilo.*

*Senhor Presidente:*

*O Partido Social Cristão (PSC) vem, na forma regimental, informar que, a partir desta data, não integrará mais o Bloco PDT/PSC/PRP.*

*Solicitamos, ainda, o nosso desligamento da Liderança da Maioria e do governo nesta Casa.*

*Limitado ao exposto, pedimos deferimento”.*

Está aqui, assinado pela maioria da Bancada, meu caro presidente. Certamente V.Ex<sup>a</sup> tem em mãos uma cópia desse mesmo requerimento. De sorte que agora não vejo outra alternativa a não ser da exata forma, da exata forma como procedeu em relação ao requerimento do deputado Paulo Câmara que V.Ex<sup>a</sup> declare neste momento que estão dissolvidas as comissões e que conceda a cada um dos Líderes o prazo de três sessões ordinárias para indicar os seus membros.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia, não tenho conhecimento dessa correspondência. Mas vou ler aqui uma que tenho conhecimento, assinada pelos deputados Carlos Ubaldino e Ângela Sousa, se já tivesse sido publicado, eu aqui indeferiria essa retirada: os deputados infrafirmados vêm, na forma regimental, requerer a V.Ex<sup>a</sup> a retirada de suas assinaturas no ofício que solicita o desligamento do Bloco da Maioria. Tendo em vista que os dois não foram publicados, determino a retirada da assinatura dos dois.

Está aqui o ofício assinado pelos Srs. Deputados.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, veja bem, não vou discutir a posição ética de quem assina e volta atrás...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas eu não estou dizendo...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Isso eu não vou discutir. Meu caro, presidente,...

(Vários Srs. Deputados se manifestam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos ouvir o deputado Arthur, por favor.

Deputado Javier, vamos ouvir o deputado Arthur, por favor.

Pois não, Deputado.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Meu caro presidente, não me cabe discutir questão ética de quem assina e retira assinatura. Tudo bem, isso é uma outra questão e quem vai julgar isso são os baianos, não serei eu. Agora, presidente, quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> o seguinte: o ofício passou a ter valor no momento em que ele foi protocolado. Agora, Sr. Presidente, só três deputados podem retirar esse ofício, a maioria. Se dois não retiram, é aquele mesmo procedimento que V.Ex<sup>a</sup> adotou aí, não lembro qual era o Partido, que tinham dois membros, um queria ficar dentro, o outro queria ficar fora, o PRTB, e V.Ex<sup>a</sup> disse que não tinha maioria. Agora a assinatura dos dois deputados não faz maioria para modificar uma posição que já foi tomada. V.Ex<sup>a</sup> assumiu o posicionamento apresentado pelo deputado Paulo Câmara no presente momento em que o deputado leu aqui na Assembleia, presidente. De sorte que não cabe a V.Ex<sup>a</sup> agora nesse caso cobrar uma publicação. Se não cobrou da outra vez, por que vai cobrar agora? Qual a diferença que tem entre um e outro, meu caro presidente? Eu não posso me conformar com V.Ex<sup>a</sup> em relação a essa decisão. Peço que V.Ex<sup>a</sup> reconsidere o seu posicionamento.

O deputado Elmar Nascimento me passa às mãos aqui agora um outro fax da deputada Maria Luiza Carneiro que está em São Paulo. O fax diz o seguinte:

(Lê): *“A S.Ex<sup>a</sup>, deputado Marcelo Nilo, presidente da Assembleia Legislativa. Sr. Presidente, venho através do mesmo, juntamente com os demais integrantes do Partido Social Cristão, PSC, deputado Carlos Ubaldino, deputada Ângela Sousa, deputada Cleide Vieira, solicitar o desligamento do nosso Partido da Liderança da Maioria do governo nesta Casa. Informo, ainda, que a partir desta data deixamos também de integrar o Bloco PDT/PSC /PRP. Limitado ao exposto, pedimos deferimento.*

*Cordialmente, deputada Maria Luiza Barradas Carneiro”, que encaminha a V.Ex<sup>a</sup>.*

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, dois deputados tiraram assinatura, mas depois de o ofício estar valendo, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia, primeiro, tenho um a admiração profunda por V.Ex<sup>a</sup>...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- É recíproco, V.Ex<sup>a</sup> sabe.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> sabe da admiração, realmente acho que um deputado da Oposição, e eu fui durante 16 anos, tem que trazer todos os argumentos como V.Ex<sup>a</sup> sabe, mas às vezes a gente esquece de ler alguns artigos.

Veja bem, deputado, o que diz aqui o art.119: “Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário, exceto a coautoria expressamente mencionada”. “§ 3º - As assinaturas, mesmo de simples apoio, não poderão ser retiradas após a publicação”.

E não foi publicado, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Isso é proposição, Sr. Presidente, não é ofício comunicando, não, isso é proposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está aqui, enquanto não for publicado, enquanto o presidente não defere, V.Ex<sup>a</sup> sabe, se tivesse sido publicado, mas não foi publicado, eu estou tomando conhecimento agora.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- O deputado Paulo Câmara também, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quando o deputado Paulo Câmara comunicou eu mandei publicar e só zerei no dia seguinte depois dos cálculos.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só posso zerar depois dos cálculos.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, aí peço a V.Ex<sup>a</sup> que suspenda a sessão e mande

ver as notas taquigráficas. O que não pode, presidente, é tomar dois pontos e duas medidas. Pelo amor de Deus!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex<sup>a</sup> quer concluir sua questão de ordem? Por favor.

Aqui, só passa a ter validade quando é publicado. Está escrito aqui, deputado . Compreendo a sua solicitação...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Só se forem retiradas as três assinaturas. Aí, sim...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, eu não tomei conhecimento...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- V.Ex<sup>a</sup> tomou agora, claro, eu li para V.Ex<sup>a</sup>, tomou, da mesma forma que tomou com o deputado Paulo Câmara, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia, estou aqui... recebi este aqui primeiro que esse aí, deputado. Deputado, não sei nem que dia foi publicado. Que dia foi publicado? Não foi nem publicado...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Publicado o quê, Presidente? Não entendi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não me entregaram esse requerimento.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, nem o deputado Paulo Câmara, mas V.Ex<sup>a</sup> acatou o do deputado Paulo Câmara e não acata o nosso.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Deputado Arthur Maia, quando o deputado Paulo Câmara levantou, não houve nenhum questionamento de retirada de assinaturas, deputados. Agora é diferente. V.Ex<sup>a</sup> faz uma leitura e ao mesmo tempo, eu tenho as assinaturas dos dois deputados, pedindo para retirar, deputado. Não foi publicado, por favor! Eu acho... eu sou apaixonado pelos argumentos...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, não posso me conformar com essa decisão de V.Ex<sup>a</sup>...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> tem direito de fazer o recurso para o plenário, para a Justiça... Agora, só para que as pessoas tomem conhecimento, eu não tomei conhecimento desse requerimento, deputado. Requerimento só tem valor quando o presidente defere e vai para o Diário Oficial. Eu não tomei conhecimento...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Não foi o caso do deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas o deputado Paulo Câmara informou

aqui, e eu disse: tendo em vista que V.Ex<sup>a</sup> está informando, vou fazer os cálculos. Se for... mando zerar.” E mandei, porque os cálculos...

O deputado Paulo Azi, ontem, questionou aqui que os cálculos com a saída... inclusive me questionou se eu já queria ir para o PDT... Disse-lhe: se a minha saída e a saída dos que me comunicaram modificam essas composições, é óbvio que vou mandar zerar. Agora, V.Ex<sup>a</sup> há de convir, não estou aqui... que esse ofício não teve validade porque não foi publicado.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:-Nós tentamos, no início do ano, o PCdoB, montar um bloco parlamentar com os companheiros do PDT e do PSC. Esse acordo não foi possível, portanto, seguimos o nosso caminho de coerência, como sempre foi o caso do nosso partido, nós três, independentes de qualquer outro bloco. Somos o único partido que está sem articular bloco parlamentar. Estamos sozinhos, porém, na grande Maioria, que compõe a base do governo Wagner nesta Casa. Portanto, fazemos parte do Bloco da Maioria, mas não estamos compondo ou não estávamos compondo nenhum bloco parlamentar. Quando fizemos a articulação com o PSDB e os outros dois partidos, o fizemos no sentido de montar ou de reforçar o Bloco Independente e, dessa maneira, dar fluidez às negociações para reorganizações das comissões técnicas desta Casa, já que o que nós precisamos, já que a sociedade baiana precisa é que a Assembleia seja ágil nas votações e produtiva. Aqui mesmo nós temos companheiros e companheiras da Fazenda e companheiros que estão lá, esperando a convocação do concurso de escrivães e delegados da Polícia. (Palmas) Temos, inclusive, deveremos ter nos próximos dias, boas notícias para os companheiros da Polícia Civil. Vamos adotar alguma medida aqui na Casa que vai facilitar a convocação dos companheiros escrivães e queremos resolver as questões em relação aos companheiros do Sindsefaz.

Portanto, aqui o que interessa é modernizar o Regimento, é facilitar as votações, e não, ficar perdendo a tarde inteira elucubrando em cima de coisas completamente inusitadas. Nós temos aqui uma assinatura que veio por fax de uma deputada que se encontra em São Paulo, contra uma outra deputada que está sentada aqui atrás, que é a nossa querida companheira Ângela Sousa, que está reafirmando a posição do seu partido.

Então, eu acho que é desnecessária, é uma perda de tempo, é um excesso de elucubração de interpretação arbitrária sobre o Regimento. O Regimento é claro, permite fazer o que nós fizemos com os outros três partidos. Temos o Bloco dos Independentes, o Bloco da Maioria e o Bloco da Oposição. Então o PCdoB concorda plenamente com o encaminhamento que V.Ex<sup>a</sup> tem feito, concorda com a interpretação dada pelos deputados Pedro Alcântara e Waldenor, e estamos aqui dispostos a votar todos os quatro projetos nesta tarde e na noite de hoje e na madrugada do dia que se avizinha, para que possamos adiantar a nossa pauta. É isso o que o povo e os funcionários da Bahia tanto querem da Assembleia do nosso Estado.

(Palmas. Muitas palmas.)

O Sr. Paulo Azi: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gildásio Penedo Filho: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou conceder aos deputados Paulo Azi, Gildásio e Waldenor. Depois esse assunto será encerrado!

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Leur, por favor, faço um apelo a V.Ex<sup>a</sup>... Está bem, então vou conceder questões de ordem aos deputados Gildásio Penedo, Paulo Azi, Leur e Waldenor. Depois não vou conceder a mais ninguém.

Questão de ordem, meu querido amigo deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, antes de formular a minha questão de ordem, quero fazer um questionamento a V.Ex<sup>a</sup>.

Na última sessão, esta Casa tomou conhecimento do pedido de licença do deputado Fernando Torres, que faz parte da Mesa Diretora deste Poder. Gostaria de saber qual foi o entendimento que V.Ex<sup>a</sup> teve para recompor o quórum qualificado da Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O entendimento da Presidência é que, oficialmente, o deputado Fernando Torres pertencia à base do governo, na época. E dos parlamentares governistas que foram votados, a deputada Maria Luiza Laudano foi a que obteve mais votos. Quero registrar que quando houve esse questionamento na Mesa Diretora, nós deputados mandamos procurar saber qual era o mais votado, e constatamos que foi ela.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, primeiro, não existe nenhum amparo regimental para que V.Ex<sup>a</sup> tome essa decisão. Não existe em lugar nenhum do Regimento nem da Constituição algo que o autorize a considerar a deputada Maria Luiza Laudano, por ter sido a mais votada, a ocupante da vaga. O deputado Fernando Torres comunicou a esta Casa que faz parte do Democratas. Essa comunicação foi feita oficialmente, tenho aqui cópia do ofício. É importante que todos vejam o que está acontecendo nesta sessão neste momento. Sr. Presidente, está aqui a cópia do ofício (o orador apresenta do documento) em que o deputado Fernando Torres diz que faz parte do Democratas.

O art. 40 do Regimento é muito claro no seu § 2º (lê) “*Serão eleitos 05(cinco) Suplentes, pelo processo previsto neste Regimento, que funcionarão junto à Mesa, cabendo aos eleitos a substituição, em regime de revezamento dos titulares, nas suas ausências ou impedimentos, dentro da mesma Agremiação Partidária*”.

Presidente Marcelo Nilo, se o critério que V.Ex<sup>a</sup> utiliza é o momento atual – ao contrário da Oposição, que sempre defendeu que se considerasse o dia da eleição –, ou seja, não é o dia da eleição nem muito menos o da posse, então, hoje, o deputado Fernando Torres pertence ao Democratas. E esse partido tem um suplente que substitui o seu representado na Mesa Diretora!

Não posso aceitar, Sr. Presidente, que um deputado do Democratas seja substituído por uma parlamentar de outro partido! Faço esse apelo, tendo em vista

que não é possível que V.Ex<sup>a</sup> decida diferentemente. Até porque está claro no Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, no dia em que o deputado Fernando Torres saiu, ele era do PRTB. E destaco que a deputada Maria Luiza Laudano já tomou posse e, inclusive, já votou na Mesa Diretora.

(O deputado. Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, vamos manter a calma. V.Ex<sup>a</sup> tem o direito de recorrer ao Plenário. Esse assunto, para mim, já está encerrado. No grito, aqui não ganha, deputado Paulo Azi.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Presidente Marcelo Nilo, V. Ex<sup>a</sup> é um deputado que...

(O deputado Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex<sup>a</sup> aceite ou não, mas tem de seguir o Regimento. Tenha calma. O senhor sabe do apreço e admiração que lhe tenho... É muito difícil ser imparcial, até porque V.Ex<sup>a</sup> me elogiou tanto, e quando V.Ex<sup>a</sup> perde os argumentos...

Quando o deputado Fernando Torres saiu, ele era do PRTB. E a deputada Maria Luiza Laudano já participou da Mesa, já foi eleita e tomou posse.

(O Sr. Rogério Andrade fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Houve reunião da Mesa na quarta-feira e ela participou e votou. Então, esse assunto para mim já está encerrado.

Vamos ganhar nos argumentos, porque no grito ninguém ganha aqui.

(O Sr. Rogério Andrade diz fora do microfone que a deputada participou, mas não tomou posse.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex<sup>a</sup> é vice-presidente e tem que manter a postura. V.Ex<sup>a</sup> participou da reunião da Mesa na quarta-feira com a deputada Maria Luiza. V.Ex<sup>a</sup> não conhece o Regimento! Por que não questionou que a deputada Maria Laudano estava lá? Ela votou e V.Ex<sup>a</sup> aceitou. Votou, sim, e assinou! Há um projeto lá assinado pela deputada Maria Luiza Laudano, e V.Ex<sup>a</sup> assinou juntamente com ela.

V.Ex<sup>a</sup> não conhece o Regimento. Tem-se que ter postura para ser vice-presidente, mas V.Ex<sup>a</sup> não está tendo postura. Sente e peça uma questão de ordem, porque, comigo, no grito não ganha. V.Ex<sup>a</sup> está muito nervoso! É vice-presidente eleito por esta Casa e deve manter, no mínimo, a compostura.

(O Sr. Rogério Andrade diz fora do microfone que sempre manteve a postura.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> não está mantendo!

Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, com todo respeito que tenho a V.Ex<sup>a</sup>... V.Ex<sup>a</sup> é um homem que tem história nesta Casa, deputado já por cinco mandatos, mantendo sempre a coerência política e partidária, sempre foi deputado de

oposição e hoje se vê na condição privilegiada de ter sido escolhido por duas vezes consecutivas presidente deste Poder. No primeiro momento, foi eleito quase que por unanimidade, com raras exceções, mas isso não o diminui; e reeleito, posteriormente, com uma vantagem significativa nesta Casa. Evidentemente que para V.Ex<sup>a</sup> ter chegado a esse cargo maior sempre gozou do respeito dos seus pares, independentemente das posições políticas e partidárias.

O que V.Ex<sup>a</sup> não pode, Sr. Presidente... Digo muito tranquilamente que V.Ex<sup>a</sup> não tem agido imparcialmente ultimamente – e sei que não gosta quando colocamos dessa maneira. Em todos os momentos em que o governo tem algum interesse político na Casa, V.Ex<sup>a</sup> tem fugido de sua responsabilidade de juiz imparcial para poder decidir. Até porque são extremamente visíveis as contradições de V.Ex<sup>a</sup> em relação ao deferimento das questões de ordem.

Senão, vejamos: temos aí, muito claro, o PSC hoje... Não há como fugir disso, o PSC, hoje, tem quatro membros na Casa: o deputado Carlos Ubaldino, a deputada Ângela Souza, a deputada Cleide Vieira e a deputada Maria Luiza. Quatro deputados formam o PSC. V.Ex<sup>a</sup> sabe que a decisão de formação de um bloco ou uma representação depende da anuência da maioria. O regimento é muito claro, dois deputados não podem representar e definir o rumo do partido.

Então, há, de fato, uma indefinição, estou muito tranquilo quanto a isso. Há dois deputados que manifestam o interesse de pertencerem à Base governista e dois que manifestam interesse de não pertencerem à Base do governo. Então, não pode valer o crivo e o entendimento de V.Ex<sup>a</sup>, de que os dois da Maioria podem suplantar os dois da Minoria. É muito claro, está muito fático isso: dois deputados, a metade. Há uma divisão no partido, é fato, e V.Ex<sup>a</sup> não pode arbitrar, não tem poderes regimentais para arbitrar nesse impasse político.

Deputado João Carlos Bacelar, é muito claro, e a Bahia política sabe disso, que há um impasse em relação à quantificação.

Vimos, e é importante – quero apelar também à boa-vontade de V.Ex<sup>a</sup> –, a publicação no *Diário Oficial* de hoje da formação de um novo bloco, um novo bloco que, nesse momento, deputado Waldenor Pereira, com toda a atenção que tem V.Ex<sup>a</sup>, é formado pelo PCdoB, PSDB, PT do B, PSL e PTB.

Sr. Presidente, foi publicada por V.Ex<sup>a</sup> no *Diário Oficial* de hoje a formação de um novo bloco composto por PCdoB, PSDB, PT do B, PSL e PTB. Está aqui no próprio Diário o deputado Paulo Câmara informando a esta Casa a sua desfiliação do PTB. O PTB não mais existe como bloco, é o mesmo ato, deputado Waldenor. É uma questão de bom senso.

V.Ex<sup>a</sup> não pode, estou falando como um deputado que tem posições políticas divergentes. Tenho um respeito muito grande por V.Ex<sup>a</sup>, até pela sua história política de lealdade, de coerência com suas posições, mas neste momento é muito flagrante na questão de ordem, o PTB forma um bloco que não mais existe, deputado Reinaldo Braga. O deputado Sérgio Passos está formando um bloco, está fazendo parte de um novo bloco, o PC do B.

Quero saber do deputado Sérgio Passos que é o único representante...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São dois, deputado, o PSDB tem dois.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- A única figura, Sr. Presidente...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- (...) hoje, que representa o PSDB nesta Casa é o deputado Sérgio Passos, todo mundo sabe disso.

Portanto, sobre o PSDB é importante que o deputado Sérgio Passos se posicione se de fato ele está incluso. Existe a formação do bloco e ele é a única pessoa, é o único deputado que pode falar por si só porque é o único representante do PSDB nesta Casa, deputado Waldenor.

Então, quero evocar a sua história, a sua dedicação ao Parlamento...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Conclua, deputado.

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- (...) porque os governos passam, são transitórios, mas a história é que vai marcar, e V.Ex<sup>a</sup> não pode macular sua imagem, como deputado de uma linha partidária muito clara neste Poder, é presidente de todos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, por favor, deputado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- (...) V.Ex<sup>a</sup> é presidente do Poder Legislativo baiano e não é admissível que V.Ex<sup>a</sup> não veja com clareza cristalina a gritante contradição dessa questão de ordem. Então, não tem mais o que apelar, que V.Ex<sup>a</sup> possa muito tranquilamente suspender, inclusive, a sessão, republicar os atos e dá normalidade a sequência, sob pena de V.Ex<sup>a</sup> complicar as relações, tencionar, até porque, entre partes do campo político, do campo ideológico, muitas vezes provocam-se uns atritos pessoais como diz o deputado Rogério Andrade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor .

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Então, quero apelar para o bom senso e a coerência de V.Ex<sup>a</sup> para que possa fazer justiça a sua história política neste Poder e não seja neste momento um presidente que se afasta desta realidade. É esse o apelo que faço.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gildásio Pendo, fico muito triste com as palavras de V.Ex<sup>a</sup>! Ninguém precisa marcar a história do deputado Marcelo Nilo, ninguém precisa me orientar o que é ser oposição. Fui o único deputado na história da Bahia que ficou 16 anos sentado na mesma cadeira e em nenhum momento da minha vida eu vacilei, nunca na minha vida vacilei, nunca cheguei aqui de manhã dizendo uma coisa e ir ao meu gabinete dizer outra, nunca na minha história. V.Ex<sup>a</sup> sabe disso. Nunca na minha história dizia uma coisa e chegava no meu gabinete e dizia outra coisa. O deputado Marcelo Nilo tem o maior apreço e respeito pelos deputados da Oposição na sua unanimidade. Tenho apreço, consideração, respeito e admiração por todos.

Se qualquer um de V.Ex<sup>as</sup> trouxer argumentos segundo o Regimento, pode ter certeza que vou indeferir. Se a deputada Ângela Sousa e o deputado Carlos Ubaldino não retirassem a assinatura, eu ia indeferir, ia mandar zerar, mas os deputados Carlos Ubaldino e a deputada Ângela Sousa... Inclusive tive conhecimento primeiro, antes da retirada. Não tive informação desse documento, em nenhum momento me

entregaram esse documento.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Podem ter certeza de que aqui não quero aula de ninguém sobre ética e o meu passado fala por mim. Respeito e admiro todos, e não existe democracia sem oposição. Nunca na história deste Parlamento um presidente foi tão benevolente, foi tão carinhoso e respeitoso com as oposições, nunca na história deste Parlamento.

Agora sou obrigado, quero apenas registrar aqui o que ocorreu para as coisas ficarem claras. Na quinta-feira, o deputado Waldenor Pereira me procurou dizendo que iria colocar esse projeto em votação. Fiz aqui um apelo e uma reunião no meu gabinete e mandei por escrito um comunicado. Não foi um Líder da Oposição, nenhum membro da Oposição foi participar da reunião. Ontem, fiquei esperando por mais de uma hora e só apareceram os Líderes do governo, não teve um Líder da Oposição que fosse lá para tentar...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Fui lá. Não tinha ninguém.

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) Então, V.Ex<sup>a</sup> foi depois das 18h, porque das 17 às 18 não compareceu ninguém.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Fui às 17h e não tinha ninguém.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Depois das 18h, porque às 17h eu estava lá, esperei e não apareceu ninguém até aguardar. Quero registrar que se o deputado Waldenor quiser fazer qualquer negociação política compete a ele. Agora a Presidência está colocando no Regimento porque está claro no Regimento.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há outros deputados inscritos, deputado.

Quero apenas registrar, deputado Gildásio Penedo, que sou um deputado que não tem duas palavras. O que falo aqui não vou ao meu gabinete dizer diferente.

Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira, depois V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, a Constituição Estadual no seu artigo 70, seção II, que trata da competência da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e os artigos posteriores, vários deles, que se estendem até o artigo 90 dessa mesma Constituição, tratam com muita clareza a competência e as atribuições do Poder Legislativo e remete para o Regimento Interno da Casa a norma orientadora do funcionamento deste Parlamento.

Portanto eu queria pedir a Oposição nesta Casa a devida ponderação nas argumentações apresentadas, na forma e, às vezes, até na postura, porque tantas e tantas vezes esse Regimento foi utilizado pela Oposição, inclusive nós fomos Oposição nesta Casa Legislativa na legislatura anterior, e tantas e tantas vezes vimos parlamentares da então Situação utilizar o Regimento para fazer valer, prevalecer, a norma jurídica que orienta o funcionamento da Casa.

Portanto, Sr. Presidente, causa-nos estranheza, preocupação, quando parlamentares que outrora utilizaram com veemência a defesa do Regimento, possam se utilizar hoje de argumentos que não encontram respaldo no Regimento da Casa.

V.Ex<sup>a</sup> está agindo corretamente, como, aliás, sempre tem se comportado, ao utilizar vários artigos do Regimento para provar categoricamente que a decisão tomada por V.Ex<sup>a</sup> encontra amparo legal no Regimento deste Parlamento.

Os artigos 34 e 35 são claríssimos. Eles caracterizam o que é Bloco Parlamentar, eles caracterizam com bastante precisão e minúcia o que é dissolução de Bloco Parlamentar; mostram com a mais cristalina plenitude e transparência que a recomposição das comissões só acontecerá quando houver dissolução do Bloco Parlamentar. V.Ex<sup>a</sup>, inclusive, há pouco, mostrando ser grande conhecedor do Regimento, invocou o artigo 119 para mostrar que as assinaturas, mesmo de simples apoio, não poderão ser retiradas após a publicação. Não houve publicação. E trata-se de uma proposição sim. Algum parlamentar, colega, chamou a atenção para isso e ao artigo 118 é muito claro: “Art. 118 - Consideram-se proposições: I - propostas de emenda constitucional; II - projetos de lei; III - projetos de decreto legislativo; IV - projetos de resolução; V – emendas; VI – requerimentos.” Requerimento é uma proposição prevista no Título VII, do artigo 118. Portanto o requerimento dos parlamentares solicitando a retirada dos seus nomes de um requerimento anterior, de fato, Sr. Presidente, prevalece para tomada de decisão de V.Ex<sup>a</sup>.

Para concluir, Sr. Presidente, muitas questões de ordem foram apresentadas. Iniciou-se com uma questão de ordem a respeito da proporcionalidade. Em seguida, foi apresentada uma segunda questão de ordem a respeito da possibilidade ou não do PCdoB mudar ou compor aquele Bloco. Em seguida, apresentou-se uma outra questão de ordem a respeito da participação do PSC. Por último, apresentou-se questão de ordem a respeito da procedência da publicação. Já foram mais de 5 questões de ordem apresentadas pela Oposição na tentativa, extraordinária tentativa, de convencer V.Ex<sup>a</sup> do que não estabelece o Regimento.

Por isso, queria solicitar de V.Ex<sup>a</sup> que mantivesse a posição adotada até então, que é de estrito cumprimento do Regimento, porque V.Ex<sup>a</sup> está adotando e agindo corretamente porque baseado no documento que a Constituição recomenda para orientar as decisões quanto ao funcionamento deste Parlamento.

Parabéns a V.Ex<sup>a</sup>. pela forma como está conduzindo a questão, de forma imparcial e de acordo com o que estabelece o Regimento desta Casa.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Arthur.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, acabamos aqui de receber uma revelação que considero da mais alta gravidade. O deputado Carlos Ubaldino se dirigiu a nós aqui, estávamos presentes, além de mim, os deputados Elmar Nascimento, Leur Lomanto Júnior, o ex-deputado Presidente do PSC, Eliel Santana; os deputados Misael Neto, Rogério Andrade, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, e disse a todos nós que ele jamais assinou um documento para ingressar na Bancada do governo, que não há a formalização da entrada do Partido Social Cristão na Base do governo.

Portanto, Sr. Presidente, se existe alguma assinatura, todos nós supomos que seja uma assinatura falsa ou então o deputado está falando uma inverdade. Quero

dizer, inclusive, que autorizado pelo ilustre deputado Eliel Santana, meu companheiro, seu companheiro, companheiro do deputado Waldenor na Oposição, Sr. Presidente, que sempre procurou resguardar esse Regimento Interno, que nunca aceitou que esse Regimento fosse modificado e agora quer que seja feita essa modificação da forma mais atropelada possível. Nem Antônio Carlos Magalhães, nem Paulo Souto, nem César Borges, nenhum desses governadores decidiu-se por mudar o Regimento, é agora no governo republicano de Jaques Wagner que se quer tratorar a Oposição.

Quero, inclusive, informar a pedido do ex-deputado Eliel Santana, presidente do partido, trazer aqui uma informação a público, que o partido jamais autorizou na forma que determina o Regimento, que a sua Bancada participasse da Bloco do governo. E que em sendo mantida a posição dos deputados, o deputado Eliel Santana pede que eu avise, que informe a esta Casa, que informe a V.Ex<sup>a</sup>, que o partido não concederá legenda para a candidatura desses deputados, porque considera isso uma infidelidade partidária. É o que o deputado Eliel Santana está me dizendo aqui em nome do PSC.

Mas a minha questão de ordem, Sr. Presidente, é no sentido de que V.Ex<sup>a</sup> determine a suspensão desta sessão e providencie uma cópia do requerimento, que coloca o PSC na Base do governo. Conforme o deputado Carlos Ubaldino disse aqui, esse requerimento, se existe aí, ele tem uma assinatura falsa, porque só faziam parte desse partido dois deputados, a deputada Ângela Sousa e o deputado Carlos Ubaldino. Um deputado só não pode fazer a entrada no Bloco.

Então, peço a V.Ex<sup>a</sup> que solicite da Mesa da Assembleia, da Mesa da Casa, a cópia desse requerimento que dizem existir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia. Srs. Deputados, vamos ter calma.

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido amigo, deputado Euclides, por favor. Faço um apelo aos Srs. Deputados.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pedro Alcântara.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, a ordem.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, antes de V.Ex<sup>a</sup> concluir as primeiras questões de ordem suscitadas aqui, já houve uma segunda questão de ordem de um outro assunto relativo à Mesa Diretora. Agora, já há outra questão de ordem, aliás, a terceira questão de ordem antes de concluir a primeira, Sr. Presidente.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu acho que é de bom alvitre V.Ex<sup>a</sup> concluir a primeira questão de ordem para entrar em outras questões. Bem, há vinte e tantos anos que estou aqui nesta Casa, é uma vida, esta é a primeira vez que eu vejo um presidente de

partido vir a Plenário pressionar deputados para mudarem a sua posição.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Nós não aceitamos isso, Sr. Presidente.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Então, o deputado Arthur Maia...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu estou com a palavra!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu estou com a palavra!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente...

(Neste momento ocorrem vaias vindas das galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Senhores das galerias, por favor, vamos ouvir o deputado Pedro Alcântara.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Isso, Sr. Presidente, é inconcebível. Ele pode estar aqui como ex-deputado.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Ele pode estar aqui como ex-deputado.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Como presidente de partido? Jamais!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Ele pode estar aqui como ex-deputado. Como presidente de partido, jamais!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Nunca!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Ele opere o partido dele na sede do partido, repito, na sede do partido. Não aqui!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- É incompreensível que o deputado Arthur Maia, a quem eu tenho todo o respeito, e tem fé de ofício aqui nesta Casa...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- É impossível...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- É impossível...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu estou com a palavra, Sr. Presidente! Garanta a minha questão de ordem.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor!

O Sr. Pedro Alcântara:- É impossível que o deputado Arthur Maia...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos ouvir o deputado Pedro Alcântara!

O Sr. Pedro Alcântara:- É impossível que o deputado Arthur Maia venha criar esta aleivosia aqui!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Então, Sr. Presidente, primeiro, em minha questão de ordem, eu solicito a V.Ex<sup>a</sup> concluir a primeira questão de ordem.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A primeira questão de ordem, deputado, já foi concluída. A Presidência a indeferiu. Quanto à segunda questão de ordem, eu ainda vou decidir.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu levanto o meu protesto. Sou Líder de uma Bancada. Estou há mais de vinte e tantos anos nesta Casa. V.Ex<sup>a</sup> tem quase o mesmo tempo que eu. Nunca vi um presidente de partido vir a Plenário, pressionar os deputados para tomar conduta ao ameaçar de tirar...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu quero que registre nos Anais desta Casa para as devidas colocações judiciais *a posteriori*, que os deputados Ubaldino e Angelo foram ameaçados pelo presidente do partido através do deputado Arthur Maia.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu quero as notas taquigráficas desta sessão.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu quero, Sr. Presidente, esta manifestação do vídeo desta Casa e do rádio desta Casa referentes às palavras do deputado Arthur Maia, portadoras das palavras do ex-deputado e presidente do partido, meu amigo particular, ameaçando deputados, querendo pressionar aqui em plenário...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Ameaçou!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Ele ameaçou tirar a legenda!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Então, o deputado Arthur Maia faltou com a verdade.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Então, o deputado Arthur Maia faltou com a verdade.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor!

O Sr. Pedro Alcântara:- Repito, o deputado Arthur Maia faltou com a verdade!

(A Mesa faz soar os tímpanos. Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados!

O Sr. Pedro Alcântara:- Tenham calma!

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor, vamos ouvir o deputado Pedro Alcântara!

(A Mesa faz soar os tímpanos. Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, para concluir.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, vamos ouvir o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Solicito, Sr. Presidente, que a Presidência desta Casa não aceite sob pena deste Poder estar contaminado. Quando um presidente de partido ousa vir aqui ameaçar deputados de não lhes dar legenda para que retornem a posição anterior! Aqui é de bom alvitre o deputado tomar a posição que quiser e independente. Não aceitamos patrulhamento de mandato de ninguém aqui dentro! Isso denigre este Poder e denigre este Poder abaixo de qualquer coisa neste País.

Que me perdoe o deputado Eliel. V.Ex<sup>a</sup> pode circular aqui como ex-deputado e amigo. É bem-vindo, é bem visto e bem atendido. Agora, usar deputados para pressionar deputados, membros de seu partido, ameaçando não lhe dar legenda, é inconcebível. É este Poder se agachar demais, Sr. Presidente! Não concordamos e levantamos o nosso protesto.

Muito obrigado pelo acolhimento de nossa questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor, vamos manter o nível. Eu vou decidir sobre a questão de ordem do deputado Arthur Maia. Primeiro, deputado Arthur Maia, se o deputado Carlos Ubaldino não assinou há dois anos e sete meses é difícil a Presidência tomar uma posição agora. Vou abrir, junto à Secretaria da Mesa, posteriormente, porque, depois de dois anos e meio, é impossível ver-se agora, mas vou analisar.

Deputado Arthur Maia, o deputado Carlos Ubaldino não fez nenhuma comunicação, mas se o fizer, a Presidência mandará apurar! Não vou suspender a sessão por causa de uma informação de terceiros!

Segundo, os deputados são livres para votar, não tem negócio de Regimento, de partido, porque isso não tem a menor influência. O deputado foi eleito para votar como quiser, e o voto é aberto! Aqui, o deputado vota como quer!

Apenas quero fazer um apelo aos Srs. Deputados: fui ofendido agora pelo deputado Rogério Andrade, mas essas ofensas de V. Ex<sup>a</sup>, as pedras que V. Ex<sup>a</sup> me joga, pode ter certeza, vou formar um paralelepípedo e mandá-lo para Elísio Medrado. Jamais vou entrar...porque tenho um apreço muito grande pelo seu pai e por V. Ex<sup>a</sup>! Nossa amizade não vai ser afetada por um momento de nervosismo! Nunca, na vida, tive medo de ofensas!

Faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, que é meu amigo e foi eleito democraticamente, com os mesmo direitos do presidente tem, e até vou passar a presidência a V. Ex<sup>a</sup> na próxima semana, porque irei à França a convite de S. Ex<sup>a</sup> o Governador do Estado –

com a maior confiança, porque sei que V. Ex<sup>a</sup>, quando sentar aqui, o fará com a cabeça erguida de ser presidente da Assembleia.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> e aos Srs. Deputados, que aqui são deputados de Oposição e de governo, cada um com seu interesse político, que mantenham a compostura, a elegância! O deputado Eliel Santana é muito bem-vindo a esta Casa, pois é um dos melhores amigos que fiz no Parlamento durante 19 anos, mas os problemas internos do PSC são do PSC, e não posso julgar por terceiro ou por quarto. Se algum deputado fizer uma denúncia, mando apurá-la.

Mas vou suspender uma sessão polêmica desta, em que todos estão com os nervos à flor da pele? Vamos manter a calma, não existe Parlamento, se não tivermos uma Oposição forte, como a que temos nesta Casa!

Se V. Ex<sup>as</sup>, podem ter certeza absoluta, me convencerem..., podem ter certeza de que adotarei as posições coerentes com a minha vida. Até o momento não veio nenhuma aqui.

Quero registrar que, se tivesse informações de que o PSC sairia da Base do governo, a Presidência não teria outra opção a não ser zerar... e mandar suspender a sessão, se, nos cálculos, modificasse..., porque o Regimento diz “dissolver ou modificar”. Se modificasse, não teria a menor dúvida....

Quero registrar, com muita clareza, que o deputado Paulo Azi, um dos deputados mais sérios e preparados que esta Casa tem, ontem, aqui, me questionou: Presidente, V. Ex<sup>a</sup> ainda está no PSDB? Respondi-lhe: no PDT! Ele perguntou-me: Por que não publicou? Eu lhe disse: Vou publicar amanhã. Mande buscar todos os ofícios que tinha e autorizei publicá-los!

Se os cálculos, deputado Paulo Azi, tivessem sido feitos e houvesse alguma modificação, pode ter certeza de que modificaria e zeraria..., porque não vou agir com dois pesos e duas medidas. Não posso ser um juiz de futebol que marca um pênalti para um time, e, com o mesmo critério, marca para o outro, sou criticado pelo anterior!

Cada um aqui tem o seu interesse político, e V. Ex<sup>as</sup>. podem ter certeza de que tenho mais relações pessoais com os deputados da Oposição do que com os do Governo, mas tenho um apreço enorme por todos!

Agora vamos manter o respeito e a coerência, porque sou o presidente da Assembleia, e não sou subordinado a ninguém! Minha história fala por mim. Se V. Ex<sup>as</sup> tiverem competência e, no Regimento, me provarem – e aqui estão muitas pessoas que entendem de regimento, qualquer um...e aqui não existe nenhum deputado tão preparado como o deputado Arthur Maia, que, se me trouxer qualquer artigo do Regimento...

(Sr. Elmar Nascimento fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Duas presidências? Comissão é eleição! Aí é problema das comissões, é eleição, não é meu, é, repito, problema das comissões! Presidência das comissões é eleição!

Questão de ordem deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, tenho dois questionamentos: o primeiro é com

relação ao último assunto de que V. Ex<sup>a</sup> tratou. É tradição nesta Casa ter eleição, mas é tradição que as comissões são frutos de proporcionalidade partidária, e todos os parlamentares desta Casa votam de acordo com a proporcionalidade para presidente das comissões. Com relação ao segundo assunto, Sr. Presidente, ontem, umas das questões de ordem, eu inclusive formulei a V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de que parássemos, interrompêssemos a sessão de ontem para que se fizessem os novos cálculos, já que a imprensa tinha noticiado as mudanças todas partidárias. Citei V. Ex<sup>a</sup>, que me disse o seguinte: deputado Gaban, os partidos políticos, está na Taquigrafia, Sr. Presidente, têm até o dia 15 para se manifestarem e informarem ao Tribunal Regional Eleitoral, eu não tenho aqui informação na Casa sobre a composição dos partidos. Quando os presidentes de partidos informarem ao TRE, aí, sim, oficialmente tomarei as decisões.

No caso específico, por mais que pese, o deputado Pedro Alcântara, talvez fazendo uma autodefesa futura, querendo tirar a interferência dos presidentes de partido, o presidente de partido do PSC já se manifestou. Então, é um documento. E colabora com as declarações feitas por V. Ex<sup>a</sup> na tarde de ontem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, a presidência só pode determinar a mudança do partido aqui comunicada pelo deputado, não é por jornal. O deputado Paulo Azi, ontem, foi muito feliz, me questionou, eu só passei oficialmente aqui para o Parlamento que pertence à Base do PDT quando sai no *Diário Oficial*, isso é o óbvio. Eu não posso chegar e citar problema de cada deputado. Aceitei, por exemplo, pelo menos leram aí, que a deputada Maria Luiza Carneiro informou por fax, aceitei, porque a deputada tem fé de ofício. Agora, eu não posso é aceitar por informação de jornal. Se os deputados que me encaminharam, eu desafio aqui um deputado que me encaminhou e eu não mandei publicar, todos que me encaminharam, eu mandei publicar, inclusive os da Base hoje da Oposição me encaminharam, e eu mandei publicar. A deputada Maria Luiza Laudano, o deputado Fernando Torres e a deputada Antônia Pedrosa, que oficialmente pertence a Base da Oposição, eu mandei publicar. Agora, quando se fazem os cálculos, se mantém a mesma proporcionalidade de ontem, deputado.

O Sr. Rogério Andrade:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rogério Andrade, por favor.

Deixe o deputado Gaban concluir. Quero ser paciente, ouvir a todos, mesmo o Regimento interno dizendo que só poderia no máximo duas pessoas, eu já ouvi mais de vinte e seis. Vinte e seis deputados eu já ouvi aqui agora. Deputado Gaban, só para concluir.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, só para concluir, mas ontem, isso que estou dizendo, V. Ex<sup>a</sup> disse que os presidentes teriam até o dia 15. V. Ex<sup>a</sup> teve de aguardar a comunicação deles. O presidente do PSC está entregando um documento, pelo que eu entendi. Eu não estava aqui na hora, porque estava em outra reunião.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o partido tem preferência aqui na Assembleia, não, vários deputados.

O Sr. Gaban:- Eu perguntaria a V. Ex<sup>a</sup> os dois deputados que estão discutindo,

eles vieram aqui e disseram que não vão assinar ou que retiram a assinatura?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eles já retiraram por escrito, deputado. Antes de publicar, eles retiraram.

Questão de ordem, deputado Rogério Andrade, por favor.

O Sr. Rogério Andrade:- Nobre presidente deputado Marcelo Nilo, solicitei esta questão de ordem porque não entendia...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meus amigos deputados Sandro Régis, Pedro Alcântara, por favor, vamos ouvir o deputado Rogério Andrade.

O Sr. Rogério Andrade:- Sr. Presidente, solicitei esta questão de ordem a V.Ex<sup>a</sup> porque não entendi, e V.Ex<sup>a</sup> citou meu nome, quando V.Ex<sup>a</sup> disse há pouco que eu me dirigi para desrespeitar o nobre presidente. V.Ex<sup>a</sup> disse há pouco que pela sua história, pelo seu passado, pela forma como V.Ex<sup>a</sup> conduz seu mandato, V. Ex<sup>a</sup> não admite que nenhum deputado da Oposição venha dizer como o senhor deve se portar.

Da mesma forma, digo a V.Ex<sup>a</sup> que sou um deputado da Oposição, eleito pela Oposição. O senhor conhece a minha postura dentro deste Parlamento, sabe muito bem que me elegi vice-presidente da Assembleia contra a sua vontade e do governo do Estado, que tentou, de todas as formas, influenciar na decisão dos deputados à época da eleição da Mesa Diretora, marcando, inclusive, jantar, um dia antes da eleição, na churrascaria *Boi Preto*.

V.Ex<sup>a</sup> também sabe que os meus pares me deram a oportunidade de representá-los na Mesa deste Parlamento com uma votação expressiva. Inclusive, 23 Srs. Deputados da base governista me conferiram o voto. Repito, 23 deputados da base do governo. Isso não se conquista na semana de eleição, é fruto de 7 anos de respeito aos colegas e do meu comportamento neste Parlamento.

V.Ex<sup>a</sup>, que é presidente desta Casa, que tem excelente relação com o governador Jaques Wagner, sabe muito bem do que estou falando. Sempre tive posição, nunca sinalizei nenhum movimento em prol do governo, porque me respeito.

O que eu pedi a V.Ex<sup>a</sup> foi simplesmente que tivesse a delicadeza de se retratar. Entendi que o senhor foi muito duro quando tentou questionar. Eu não fiz nada demais, Excelência, apenas protestei, assim como todos os outros deputados protestaram. Achei que foi duro comigo e, por isso, pedi que tivesse a grandeza de se retratar.

Lamentavelmente, V.Ex<sup>a</sup> se dirigiu a mim determinando que eu me sentasse. E eu não aceito esse tipo de comportamento, ainda mais quando parte do senhor, pessoa por quem tenho um grande respeito e uma grande consideração. Mas sempre que alguém se dirigir a mim dessa forma, é da minha natureza reagir desse modo.

Quero deixar isso registrado para que os meus pares, o meu partido, em momento algum tenha dúvida em relação ao meu comportamento e à maneira como conduzo o meu mandato. Até porque V.Ex<sup>a</sup> disse há pouco que existe deputado que diz uma coisa no Plenário e outra no seu gabinete.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Rogério, V.Ex<sup>a</sup> sabe do apreço e da admiração que lhe tenho. Aliás, essa admiração existe muito antes de nos conhecermos, pois o seu pai foi um deputado que deixou saudades nesta Casa.

V.Ex<sup>a</sup> foi eleito democraticamente e o seu mandato vence no mesmo dia do meu. O senhor sabe que é respeitado por mim, inclusive como vice-presidente. Apenas achei que V.Ex<sup>a</sup>, que ocupa o segundo cargo mais importante da Casa, não poderia se dirigir à Presidência daquela maneira. Mas continua tendo o meu respeito e o meu apreço.

O senhor é um homem educado e um deputado coerente e respeitado. Se foi eleito – diga-se de passagem, sem o meu voto –, é porque tem relações pessoais e políticas neste Parlamento.

Esse assunto para mim está encerrado. Compreendo o clima que estamos vivendo, mas faço um apelo aos Srs. Deputados para mantermos a compostura, a decência e o respeito ao Parlamento. Cada deputado é livre para fazer o que quiser, para votar como quiser. Vamos manter o clima respeitando a Minoria e, também, a Maioria.

O presidente não pode, sob hipótese alguma, negar um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados. Se V.Ex<sup>as</sup> sentarem com o Líder do governo e chegarem a um denominador comum, compete à Presidência apenas cumprir.

Não posso rasgar o Regimento, na medida em que 21 Srs. Deputados assinaram esta convocação, e será decidido aqui no voto. Faço um apelo aos Srs. Líderes para que cheguem a um denominador comum, a um acordo. Mas não compete ao presidente dizer como o deputado vota.

Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero fazer, mais uma vez, um apelo a V.Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, é importante que a imprensa e diversos funcionários da Secretaria da Fazenda estejam presentes nesta sessão, pois está claro que existe uma orquestração da base do governo – não quero ainda afirmar que V.Ex<sup>a</sup> participa dela – para fazer alterações no Regimento Interno desta Casa retirando direitos da Minoria.

Para a imprensa ter conhecimento, entre as alterações que estão querendo propor está aquela que permite o presidente de comissão votar duas vezes. Esse é só um exemplo, para se ter uma ideia do que está se tentando fazer.

Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> está aqui há mais de 20 anos, nunca o Regimento foi alterado não sendo por acordo ou por unanimidade desta Casa, por um princípio muito simples: se a Maioria pode alterar o Regimento ao seu bel-prazer, não precisa mais haver Regimento nem Minoria. Isso é como se fosse uma cláusula pétrea da Constituição.

V.Ex<sup>a</sup>, do alto dessa cadeira, por várias vezes se pronunciou a esse respeito, e por várias vezes V.Ex<sup>a</sup> disse que só aceitaria mudança no Regimento por unanimidade. V.Ex<sup>a</sup> já disse isso várias vezes, desta cadeira, e por isso nomeou uma comissão para estudar o Regimento Interno desta Casa.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V.Ex<sup>a</sup>: não permita que esta Casa se transforme numa praça de guerra, pois é isso que acontecerá se esse projeto for colocado em votação. Vejo aqui os funcionários da Secretaria da Fazenda, e V.Ex<sup>a</sup> sabe que estávamos iniciando negociações para que se pudesse buscar um texto que satisfizesse os princípios constitucionais.

Quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> e aos funcionários da Secretaria da Fazenda que a Oposição está aberta para continuar construindo esse texto, que pode permitir, inclusive, Sr. Presidente, não a urgência, mas que o próprio projeto seja votado na noite de hoje.

E repito, Sr. Presidente, não permita, pelo bem que V.Ex<sup>a</sup> tem a este Parlamento, que esse projeto que retira direitos da Minoria seja apreciado nesta Casa, porque esta Casa se tornará ingovernável.

V.Ex<sup>a</sup> sabe do apreço que tenho por V.Ex<sup>a</sup>, o governo não precisa desse expediente, pois tem uma maioria confortável neste Parlamento. A Oposição já esteve resumida, nesta Casa, a 13 Srs. Deputados, cumpriu o seu papel constitucional, e em nenhum momento propusemos alterações no Regimento que viessem a nos beneficiar. Não podemos aceitar, presidente Marcelo Nilo, que o governo chegue agora, três anos depois do início dessa legislatura, e queira alterar o Regimento para mudar aquilo que todos nós temos como mais sagrado, que é o respeito às minorias parlamentares nesta Casa. Para que termos uma Minoria? Para dizer que estamos numa democracia? É para isso que se quer a Minoria?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, do fundo da minha alma, e com o respeito que tenho a V.Ex<sup>a</sup>, a este Poder e a este Parlamento, não quero que esta Casa se torne um lugar onde as pessoas passem a ser inimigas, e que este Parlamento passe a ser uma Casa de faz de conta. É por isso que faço um apelo a V.Ex<sup>a</sup>, que em várias oportunidades, lembro-me do seu discurso de posse, Sr. Presidente Marcelo Nilo, disse que haveria de respeitar a Oposição, que não iria aceitar jamais qualquer movimentação que retirasse direitos da Minoria e que só aceitaria mudança no Regimento desta Casa à unanimidade deste Parlamento.

É um apelo que faço a V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Paulo Câmara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero registrar que o presidente está tendo muita paciência para que o assunto seja esgotado.

Questão de ordem do deputado Paulo Câmara.

O Sr. Paulo Câmara:- Sr. Presidente, estava aqui comentando com o deputado Euclides o pronunciamento do deputado sobre as questões de intromissão de ex-deputados na influência desta Casa. Comentávamos que a presença de um ex-deputado é sempre bem vinda a este Plenário, agora daí passar a uma intromissão nos assuntos legislativos, há uma diferença brutal.

O deputado estava aqui indignado exatamente com esse tipo de questão, com a pressão feita em dois deputados. Eu acredito que V.Ex<sup>a</sup> está conduzindo bem essas questões polêmicas, mas agora precisamos retornar ao curso natural da sessão. Já estamos às 17h07min, temos ainda quase uma hora para fazer os debates naturais que fazem esta Casa funcionar, mas as questões de ordem estão simultaneamente não permitindo que esta Casa faça o andamento desta sessão.

Então, quero solicitar a V.Ex<sup>a</sup> que possamos..., se for o caso, nessas emendas que vão passar a vigorar em sendo aprovadas aqui, essas alterações regimentais, que

sejam elas da aprovação da votação dos presidentes, que é uma coisa universal, V.Ex<sup>a</sup> sabe que todas as comissões, todos os conselhos de quase forma universal, têm número ímpar. E no caso da Bahia, especificamente, é uma comissão de número par, isso está atrapalhando o funcionamento.

Não podemos entender que 4 deputados possam, por exemplo, se sobrepor ao voto da maioria. Acredito que as alterações regimentais que estão sendo propostas pelo nosso Líder, todos os líderes do governo foram consultados, foram chamados para o diálogo ainda hoje para discutir essas alterações regimentais que não forem feitas, teremos uma coisa que é absurda no País, em termos de composição de conselhos e comissões: 4 deputados de uma comissão se sobrepor à maioria parlamentar.

Temos hoje na jurisprudência brasileira que em qualquer instância pode-se recorrer a uma instância superior. Nesta Casa, no caso específico das contas do governo e em outro caso específico, o orçamento do Estado, apenas uma comissão pode arquivar assuntos da maior importância, que são as contas do governo e o orçamento do Estado.

Por isso, essa modificação, apenas única e exclusivamente por isso. Essas modificações terão que ser propostas e votadas hoje para que esta Assembleia possa manter o curso natural, Sr. Presidente. V.Ex<sup>a</sup> na semana passada recebeu o orçamento, este vai exclusivamente para a Comissão de Finanças, se lá esse projeto de lei encaminhado pelo governador for rejeitado, ele vai para o arquivo. Isso não existe. Eu não conheço na história de nenhum Parlamento do Brasil as contas do governador e o orçamento do Estado serem votados por uma comissão e essa comissão arquivá-la de forma definitiva.

Por isso, presidente, acho que a alteração de oito para nove é uma alteração necessária e nada mais justo que o presidente de cada comissão vote como deputado e a seguir tenha o voto de qualidade, que é o chamado voto de minerva. Por isso, defendo essa posição e acho que os meus companheiros deverão acompanhar essa posição. Aliás, um projeto que está nesta Casa há pelo menos seis meses, se não um ano, para propor esta alteração substantiva que defendo, como proponente e como também participante, como necessária e, antes de tudo, urgente.

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, primeiro eu quero compactuar com V.Ex<sup>a</sup>, que tem tido muita paciência e compreensão com a Minoria. V.Ex<sup>a</sup> permitiu o excesso, o abuso de questões de ordem por parte da Minoria. Quase toda a duração desta sessão foi por causa de questões de ordem da minoria, o que, evidentemente, prejudicou o andamento da sessão, Sr. Presidente, que tem projetos importantíssimos para serem votados, a exemplo do projeto que vai beneficiar os auditores fiscais do Estado da Bahia. (Palmas)

Isso, evidentemente, me revolta, e a sessão já deveria ter caminhado para o momento da votação dos projetos, mas, Sr. Presidente, eu quero registrar, se V.Ex<sup>a</sup>

prestar atenção na minha questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu estou ouvindo atentamente V.Ex<sup>a</sup>, meu querido amigo.

O Sr. Euclides Fernandes:- Se não tiver a atenção de V.Ex<sup>a</sup> irei parar minha questão de ordem, Sr. Presidente. Eu quero deixar registrado, Sr. Presidente, meu protesto. O Regimento Interno contempla um ex-deputado adentrar o Plenário. Uma deferência é dada àquele que já exerceu o mandato de deputado estadual.

Sr. Presidente, o que eu presenciei, o que testemunhei nesta sessão, evidentemente é lamentável sob todos os aspectos. O presidente do PSC, Eliel, contemplado com o direito de adentrar o Plenário, veio aqui para influenciar, para pressionar deputados do seu partido a ponto, Sr. Presidente, e tendo em vista que V.Ex<sup>a</sup> é presidente deve tomar providência, de o deputado Arthur Maia ter colocado numa questão de ordem a ameaça à deputada Ângela Souza e ao deputado Ubaldino de que o partido não ia dar legenda para que eles pudessem ser candidato nas eleições de 2010 a reeleição à vaga na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente, é lamentável. Isso foi dito de maneira explícita na questão de ordem do deputado Arthur Maia. O Regimento Interno desta Casa não dá esse direito àquele ex-deputado de chegar a esta Casa e participar da sessão como se fosse um deputado, como se tivesse recebido a representação do povo da Bahia para participar com decisão, com trabalho de convencimento aos outros deputados estaduais aqui na sessão.

Eu quero registrar, Sr. Presidente, para não acontecer novamente, para que o deputado Eliel não venha novamente adentrar este Plenário para querer ter participação ativa na sessão. Ele tem o direito de, deputado João Bacelar, adentrar o Plenário desta Casa, mas não tentar ter uma participação no processo do funcionamento da sessão, Sr. Presidente.

Concluindo, Sr. Presidente, peço a V.Ex<sup>a</sup> que verifique esse meu protesto, para que esse fato não se repita em outro momento, em outra sessão.

Parabenizo V.Ex<sup>a</sup> que, com tantas questões de ordem da Minoria – que não se conforma de forma alguma –, tem mantido a sessão com o maior equilíbrio possível.

Muito obrigado.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, temos por obrigação que analisar os fatos que estão acontecendo nesta tarde.

O Regimento Interno de qualquer assembleia legislativa é como a Constituição, seja estadual ou federal. É o Regimento que rege toda a Casa, essencialmente na questão das votações e em como funcionam as comissões.

Eu peço a V.Ex<sup>a</sup> que faça uma reflexão, porque não se pode fazer mudanças açodadas no Regimento. Como disse, aqui, o deputado Paulo Azi, ao se fazer essas mudanças num momento, eu diria, de tensão, de açodamento, está-se retirando os direitos conquistados pela Minoria. Caso contrário, não se precisaria da Minoria nesta

Casa, bem como do Regimento. A Maioria, nas sessões, votaria toda a legislação para reger as sessões e as comissões, e não precisaria do Regimento.

Quando entrasse uma nova Maioria na Casa, numa nova legislatura, ela faria um Regimento para vigorar durante aquela legislatura. É preciso que haja serenidade nas leis para que se possa, realmente, ter estabilidade e a democracia funcionar.

Eu me lembro muito bem, e tenho certeza que V.Ex<sup>a</sup> se lembra, que, quando presidente desta Casa, sugerimos que se fizesse alguma alteração – assim também foi feito quando o deputado Gaban era presidente – apenas na questão dos tempos que se tinha para a discussão da matéria aqui, de 20 minutos por cada deputado quando se estivesse discutindo o projeto, e 5 minutos nas questões de ordem. Enfim, apenas essa modificação.

Eu me lembro muito bem que V.Ex<sup>a</sup> foi um dos primeiros a se insurgir, ponderando que não se poderia fazer mudanças desse tipo no Regimento. V.Ex<sup>a</sup> e mais alguns deputados se postaram ali e disseram que não saíam desta Casa enquanto não fosse demovida essa ideia. E vejam que as mudanças foram propostas para a comissão que estava analisando o Regimento, eu me lembro muito bem.

E agora vem o deputado Paulo Câmara propor mudanças tão esdrúxulas quanto essa de se votar 2 vezes o presidente de uma comissão. Isso vai cair no anedotário político nacional. E o deputado Paulo Câmara era o relator, naquela época, da Comissão do Regimento.

Então, Sr. Presidente, acho que V.Ex<sup>a</sup> tem argumentos suficientes, devido às ponderações dos diversos parlamentares que me antecederam, para suspender a sessão e discutir entre os Líderes a conveniência ou não dessas mudanças. Se tiver que ser feita alguma mudança, que seja pela comissão que está estudando o Regimento. Para isso existe essa comissão, instituída por V.Ex<sup>a</sup>.

Então, aqui não há perdedores e nem ganhadores.

Estamos ponderando que a sessão seja suspensa. O projeto do subteto pode ser acordado, pode até ser votado hoje, já que é necessário, com acordo. Quanto a essa outra questão da mudança do Regimento, deverá ser discutida entre os líderes. V.Ex<sup>a</sup> sairá engrandecido desse processo, se isso não for aceito de maneira açodada, porque de outra forma, só quem tem a perder é a Casa legislativa.

Sendo assim, faço essa ponderação a V.Ex<sup>a</sup> para que pelo menos nessa questão da mudança do Regimento, que essas questões sejam discutidas melhor entre os líderes, nas comissões, a fim de vermos a necessidade ou não dessas mudanças.

O Sr. Júnior Magalhães :- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Álvaro Gomes. Em seguida, os deputados Luiz de Deus, João Carlos Bacelar e depois V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, estamos vivendo na tarde de hoje um dia bastante movimentado e polêmico. Essa polêmica, essa discussão, esse debate de ideias é muito importante para a democracia, afinal de contas, isso é uma Casa Legislativa. Tem que haver o debate, a discussão, a polêmica, a interpretação do Regimento interno, das Constituições Estadual e Federal. Portanto, vivemos hoje um dia de muita polêmica e estamos vivendo uma legislatura atípica.

Não poderia ser diferente, afinal de contas, houve uma mudança de qualidade na estrutura do Estado, determinada pelo processo eleitoral de 2006 e que repercute aqui. Vivemos uma legislatura carregada pela instabilidade, ou seja, com decisões judiciais, com o inconformismo da Minoria em ser Minoria, porque, quando há uma mudança, depois de passar todo um período sendo Maioria, no momento em que se transforma em Minoria, isso provoca um choque, isso é natural. Então, a Minoria ficou chocada - a Minoria atual, que era Maioria na legislatura passada - ficou chocada com essa transformação, inquieta com esse problema, com essa dificuldade.

Mas é importante, e é nesse sentido que chamo a atenção da Bancada da Minoria, que haja o entendimento e se saiba o que é ser Minoria. Não pode, em qualquer democracia do mundo, principalmente numa democracia representativa, a Minoria dirigir a Maioria, a Maioria ser dirigida pela Minoria. Existem os mecanismos regimentais, que são utilizados tanto pela Oposição quanto pela Situação, e isso é legítimo, não tem absolutamente qualquer problema na utilização de mecanismos regimentais para buscar conquistar espaço. O que não se pode admitir é que a Minoria dirija a Maioria. A Maioria tem que ser respeitada e tem sido respeitada. A Minoria tem que ter o espaço de Minoria e a Maioria tem que ter o espaço de Maioria. Acho que é essa a compreensão que aqui a Bancada da Minoria deve ter.

Não conheço nenhuma Assembleia Legislativa na qual o número de componentes da comissão seja um número par, oito; não conheço. A mudança de 8 para 9, ou então a manutenção dos 8, se aí estabelecer uma outra forma da Maioria efetivamente ser Maioria, acho isso um processo extremamente democrático. Antidemocrático seria a Minoria dirigir a Maioria. Mas a população escolheu a Maioria para dirigir, para governar.

Há manobras regimentais, por exemplo, é motivo particular. Mas qual o motivo da licença do deputado Fernando Torres?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Qual o motivo de outras formações de Blocos? Evidentemente que contra um mecanismo regimental da Minoria, a Maioria também precisa se defender com o mecanismo regimental, é o Regimento versus Regimento, e isso é democracia, isso que deve prevalecer.

Em resumo, nobre presidente, quero parabenizar a forma democrática como V.Ex<sup>a</sup> está conduzindo esta sessão plenária, concedendo questões de ordem a todos os parlamentares,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Álvaro Gomes:- (...) quero concluir dizendo que sempre defendi que Maioria é Maioria e Minoria é Minoria.

(Palmas)

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luiz de Deus.

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Presidente, acabamos de ouvir uma pérola de

pronunciamento que partiu do deputado Álvaro Gomes que Maioria é Maioria e Minoria é Minoria. Mas não é, deputado, a Minoria é que procura mudar o Regimento a toda hora. São os senhores que têm uma Maioria que de fato não funciona, não acreditam nela. Então, por isso, essa Maioria quer modificar a toda hora o Regimento.

Ora, o Sr. Presidente deve ter ouvido aqui nesta tarde uma acusação extremamente grave, muito grave. O deputado Arthur Maia dizia que ouviu aqui do deputado Carlos Ubaldino, para uma série de deputados, que não havia assinado aquele documento. Deputado, isso é muito grave. Aqui nesta Casa há exatos 13 anos ocorreu um fato parecido, e foi feita uma CPI para apurar se realmente aquela assinatura era verdadeira ou se não era.

Deputado, sempre que esse governo tiver alguma dificuldade tiver que mudar o Regimento, V.Ex<sup>a</sup> estava falando para aumentar o número de membros da comissão de 8 para 9, imagine que até agora ela funcionou e funcionou muito bem com 8 membros. Devo alertar V.Ex<sup>a</sup> que as leis não devem ser, digo aqui sempre, sazonais, deputado. Hoje V.Ex<sup>a</sup> é Situação, amanhã, com certeza, será Oposição. Isso V.Ex<sup>a</sup> tem que observar.

Ora, a outra sugestão, se não fosse para a Minoria aceitar esses 9 membros teria que aceitar que o Senhor Presidente de cada comissão votasse duas vezes.; eu completei com o deputado Elmar Nascimento. Uma ele vota para empatar e a segunda para desempatar.

Isso é brincadeira, deputado, este Parlamento tem que ser um Parlamento sério. Acho que o presidente tem a obrigação, já deveria ter feito isso há muito tempo, de convocar, porque está ali tanto a deputada Ângela Sousa quanto o deputado Carlos Ubaldino em presença aqui na Casa. O senhor assinou ou não assinou esse documento? O fato de deputado aqui estar presente e conversar com deputado, não é proibido, é um ex-deputado, acho que todos eles serão sempre bem-vindos. E, como cidadão, acho que qualquer um pode externar seu ponto de vista, quanto mais como presidente de partido. Não faz parte o problema da ameaça. Com isso aí, com ameaça eu não concordo. Acho que todo mundo tem o direito de se expressar, de dizer o que é que pensa, se está certo ou se está errado.

Então, presidente, acho que V.Ex<sup>a</sup> tem que fazer essa convocação. Eu também devo dizer, deputado Álvaro Gomes, que aqui no grito, no grito mesmo ninguém vota nada. V.Ex<sup>a</sup> estava fazendo a acusação de que se não foi votado o projeto ainda dos auditores, do aumento do Sr. Governador, não queira transferir a culpa para a Oposição, porque V.Ex<sup>a</sup> sabe que não foi. A culpa foi da aberração jurídica da apresentação do projeto. Um projeto que no art. 1º dizia que ficava mantido o salário do Sr. Governador; no § único dizia que não, que o salário ia para quinze mil e tanto para beneficiar os servidores públicos. Isso é uma brincadeira! Quem é jurista sabe que isso é uma aberração jurídica. Então, a culpa foi nossa, deputado?

É preciso que cada um aqui aprenda a responder pelos seus atos, tanto a Maioria quanto a Minoria. É o que esperamos. Vamos ter uma discussão, mas uma discussão de alto nível.

Agradeço ao Sr. Presidente o aparte que me concedeu.

Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há outros inscritos, deputado, mas V.Ex<sup>a</sup> também está inscrito.

Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, eu queria me solidarizar com os protestos indignados dos deputados Pedro Alcântara e Euclides Fernandes quanto à suposta pressão de um presidente de partido sobre os deputados. Mas para que isso não fique apenas no proselitismo político ou na demagogia, ou mesmo na hipocrisia, nós precisamos, Sr. Presidente, terminar também com a pressão que assessores do governador fazem sobre deputados no cafezinho. Pressão não, cooptação! Cooptação vergonhosa!. E eu nunca vi aqui nenhum discurso sobre essa cooptação que ocorre no cafezinho, que afronta a liberdade do Legislativo, que afronta a independência dos deputados.

Há pouco, deputado Pedro Alcântara, eu ouvia o deputado Carlos Ubaldino conversando com o presidente do partido dele no cafezinho, e determinada assessora do governador, acintosamente, entrou no meio da conversa e ficou olhando o deputado Carlos Ubaldino. Então, da mesma maneira que ouvi aqui protestos indignados para preservar a independência dos deputados, não posso me calar e deixar de relatar aqui oficialmente o que está ocorrendo no cafezinho, o que vem ocorrendo há muito tempo, e que precisa de uma disciplina. Porque se o motivo da presença de um presidente de partido no plenário, ex-deputado, ocasionou esses protestos aqui, a cooptação que ocorre no cafezinho fere a soberania do Poder Legislativo, fere a ética, e é conversa aqui entre todos os deputados, da pressão que um deputado e uma deputada receberam da assessoria do governador para retirar assinaturas.

Então, seguindo os princípios filosóficos do ilustre deputado Álvaro Gomes, a mesma coisa é a mesma coisa, deputado. Se reclamamos de interferências aqui no Plenário, precisamos disciplinar o que ocorre no cafezinho, porque é a mais deslavada cooptação e pressão sobre os deputados que a assessoria do dito governo republicano pratica ali no cafezinho. E todo mundo aqui é testemunha. Todo mundo aqui é testemunha do que ocorre, principalmente no dia de votações importantes e de interesse do governo do Estado. A assessoria faz aqui uma galinha gorda, deslavada, de obras, serviços e nomeações do governo! Então, Presidente, a Mesa precisa tomar providências contra isso e o que está ocorrendo no cafezinho!

O Sr. Júnior Magalhães: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Júnior Magalhães.

O Sr. Júnior Magalhães: - Sr. Presidente, queria chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, nobre presidente Marcelo Nilo – que sabe que tenho sido muito prudente nas minhas observações – sobre a existência, na semana passada, do projeto do subteto, que era totalmente irregular. Fui à Tribuna, falei com V. Ex<sup>a</sup>, e esse projeto foi retirado da pauta.

Fomos à reunião da Mesa, quarta-feira, regularizamos o projeto, em parte, sob meu protesto, porque entendo que ele, da forma como está, é inconstitucional, pois não irá beneficiar os funcionários; Muito pelo contrário, pois, qualquer cidadão pode, futuramente, arguir a inconstitucionalidade dele, e os funcionários terem que devolver o dinheiro já recebido. Então querem fazer as coisas? Vamos fazê-las direito, respeitando a Constituição Federal, o Regimento, no qual tudo está claro!

No que se refere a essa questão da deputada Maria Luiza Laudano, com todo o respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, deputada, o deputado Fernando Torres apresentou requerimento de afastamento no dia 30 de setembro, terça-feira, e, no texto do requerimento, Sr. Presidente, está dito que pelo período de 120 dias, a iniciar-se em 4 de outubro de 2009. Mas 4 de outubro de 2009 foi domingo! Então, na reunião da Mesa, semana passada, a deputada Maria Luiza Laudano não estava substituindo nem poderia substituir o deputado Fernando Torres! Não poderia! Está publicado aqui! Além do mais, a licença médica do deputado Fernando Torres foi publicada no dia 01 de outubro, quinta-feira, e a reunião da Mesa foi realizada quarta!

Então, Sr. Presidente, quero, que por questão de bom senso, de legalidade, pedir a V. Ex<sup>a</sup> que reveja essa posição, pois o Regimento Interno, no art. 40, § 2,º diz: *“serão eleitos 05(cinco) Suplentes, pelo processo previsto neste Regimento, que funcionarão junto à Mesa, cabendo aos eleitos a substituição, em regime de revezamento dos titulares, nas suas ausências ou impedimentos, dentro da mesma Agremiação Partidária.*

Então, Sr. Presidente, em nome do bom senso, como integrante da Mesa, e da constitucionalidade, queria pedir a V. Ex<sup>a</sup> que o suplente do deputado Fernando Torres, o deputado Eliedson Ferreira, eleito por esta Mesa com a maior votação entre todos os membros dela, seja legitimado na vaga do deputado Fernando Torres, em respeito ao Regimento, à legalidade, à constitucionalidade.

Não tenho nada contra a deputada Maria Luiza Laudano, que sabe do respeito que tenho por ela. A deputada Cleide, que tomou posse na semana passada, sabe que fui um dos pediram a V. Ex<sup>a</sup> que agilizasse o processo para dar posse a ela, na condição de suplente. Mas, nesse caso da deputada Maria Luiza Laudano, queria invocar o Regimento, pedindo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, em nome do bom senso, da história e da legalidade... E ouvirmos, nesta tarde, a filosofia do deputado Álvaro Gomes, dizendo que Minoria é minoria e Maioria é maioria foi realmente uma pérola, porque o que temos que defender aqui é a legalidade...!

E estamos vendo hoje, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> invocando e defendendo que a composição das Comissões tem que ser refeita toda vez que deputados trocarem de partido! Esse foi o entendimento de V. Ex<sup>a</sup>, até por contestação na Justiça! E existe aí uma decisão! Mas o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados cumpre a data da eleição até hoje. Sempre foi assim! Então, mudança de Regimento não pode ser ato de governo, de Bancada! A mudança de governo tem de ser, no mínimo, deputado Reinaldo Braga, para valer no próximo mandato e não se ficar mudando toda hora o Regimento!

Quero pedir, portanto, a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, em respeito ao Regimento e à

Constituição que possa rever essa posição!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Júnior, nossa posição já ficou bastante clara aqui, pois já foi discutida amplamente.

Quando o deputado Fernando Torres foi eleito e assumiu, o suplente era do Bloco dele, que pertencia ao Bloco do deputado Waldenor Pereira. E a suplente daquela eleição era a deputada Maria Luiza Laudano.

Quando há uma eleição, o suplente eleito, mesmo que as pessoas mudem de partido, pertence ao partido original. O deputado Fernando Torres mudou de partido, foi para o DEM, mas o seu suplente é do PSC.

Então, deputado, gostaria da compreensão de V.Ex<sup>a</sup>. Estou aqui pronto para decidir se os deputados da Oposição trouxeram argumentos plausíveis, regimentais. Mas infelizmente o senhor usa um critério e no mesmo argumento usa outro, porque quem assumiu a vaga do deputado Fernando Torres foi a deputada Cleide. E o deputado Fernando é do DEM, já a deputada Cleide é do PSC. Mas eles eram de uma coligação. O deputado Fernando, quando foi eleito 2º Vice-Presidente, era de uma coligação liderada pelo deputado Waldenor. Portanto, o suplente dele é o liderado do deputado Waldenor que teve mais voto. No caso, a deputada Maria Luiza Laudano.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, estou com uma dúvida, e ela foi colocada em alguns pronunciamentos. Quero saber qual é o ofício que se suspeita nesta Casa que tenha a assinatura do deputado Ubaldino. Se é esse ofício que está aí que V.Ex<sup>a</sup> leu, se é o ofício que o deputado Arthur Maia leu ou se tem outro ofício. É para não criar dúvidas. Qual é o ofício que estão argumentando que há falsificação da assinatura do deputado Ubaldino? Quero tomar conhecimento de que ofício é esse.

Porém digo ao competente companheiro deputado João Carlos Bacelar que este deputado aqui não sofre pressão de ninguém. Eu já sofri pressão para tirar candidatura de prefeito, governador, ex-governador, senador! E não tirei, fui até o fim! Não trabalho sob ameaças nem aceito pressão de ninguém. Converso com quem quero. O que eu arguí, e V.Ex<sup>a</sup> concordou também arguindo aqui, foi em defesa deste Parlamento. Tenho o direito de zelar por ele pelo tempo que nesta Casa estou.

Todos os deputados do PR quando chegaram a este Legislativo, eu já estava no partido. Aliás, na Bahia, quando todos chegaram eu já estava. Estou no meu lugar, na minha casa. Mas, quando arguí a questão de o presidente alterar aqui dentro, é porque acho que está errado. O deputado Eliel é um dos maiores amigos que tenho, e ele sabe disso. Sou solidário a ele, e ele a mim. Tanto eu como ele precisamos, mas condeno também se houver qualquer tipo de pressão. Em cima de mim não houve nem haverá. Isso garanto a V.Ex<sup>a</sup>. No meu trabalho quem me pressionar faço exatamente o contrário.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai no sentido de saber qual é o ofício que dizem que existe nesta Casa com a assinatura do deputado Ubaldino que ele não assinou. Estou confuso se é esse que V.Ex<sup>a</sup> leu, se é o que o deputado Arthur

Maia leu. Qual é o ofício assim que tem nesta Casa? Quero apurar. Inclusive fui eu quem primeiro pediu para apurar um caso passado aqui. Foi o do atual vice-governador. Era Líder dum governo neste Legislativo e exigi que se apurasse a questão. Ela foi apurada. Realmente falsificaram a assinatura do ex-deputado e atual vice-governador Edmundo. Esse caso aqui foi esclarecido. E é importante que se esclareça este também para ter validade, não ser hipocrisia nem proselitismo ou demagogia o discurso que faço nesta tribuna agora, deputado João Carlos Bacelar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, quero a atenção de V.Ex<sup>a</sup> e também a dos Líderes da Oposição para dizer que os gregos, segundo a História nos ensina, criaram, inventaram a política para mediar os conflitos através do diálogo, do entendimento, porque até então eram resolvidos na base da espada: um matava o outro de forma beligerante.

Então quero propor a V.Ex<sup>a</sup> como questão de ordem que ao término desta sessão defina, num espaço de 30 minutos - estamos perfeitamente abertos para dialogar, para nos entendermos -, a busca duma maneira que nos permita apreciar, votar e aprovar o projeto, se possível for, através do entendimento e do diálogo com a Oposição.

Como o requerimento que se encontra sobre a mesa é para convocação de uma sessão extraordinária para 1 minuto após, queria pedir a V.Ex<sup>a</sup> a compreensão, se os parlamentares da Oposição assim também entenderem, compreenderem e aceitarem, que pudéssemos determinar, entre uma sessão e outra, 30 minutos, pelo menos, para sentarmos e buscarmos um entendimento, e nesse caso convidaria o Líder da Minoria e os Líderes dos Blocos independentes para fazermos uma reunião, na expectativa de ouvir, também, sugestões, recomendações, proposições que possam permitir esse entendimento.

Então, de nossa parte, queria revelar a vontade de, mais uma vez, como sempre temos nos comportado, buscar o diálogo, o entendimento, antes do processo de apreciação e votação desse projeto, e nesse sentido, gostaria, então, de propor a V.Ex<sup>a</sup> que acatasse essa sugestão, esse encaminhamento que apresento, para que, ao encerrar desta sessão ou mesmo que V.Ex<sup>a</sup> pudesse encerrar com o entendimento dos demais, agora mesmo, pois já estamos prestes a concluir o tempo regulamentar, o tempo regimental, e abrirmos um espaço para que os Líderes partidários pudessem sentar à mesa na expectativa da busca de um entendimento a respeito da matéria que já está dominando nas discussões, nas conversas paralelas nesta sessão que se desenvolve na tarde de hoje.

Então, esse é o nosso encaminhamento, a nossa proposição, e espero que possa ser acolhida por V.Ex<sup>a</sup>, naturalmente se houver por parte das demais Lideranças o acolhimento da nossa proposta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Waldenor propõe que a Presidência suspenda os trabalhos por 30 minutos para que os Líderes partidários sentem e tentem chegar a um acordo.

Srs. Deputados, esta é uma Casa política, plural, de forças heterogêneas, do contraditório, mas vamos ter que manter a calma, usar o bom senso, ninguém aqui vai conseguir ganhar no grito, nem de um lado nem do outro...

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) está aqui a televisão, gostaria de que a televisão continuasse filmando para que a sociedade acompanhe a calma que está aqui neste Parlamento, uma sessão polêmica, uma sessão atípica, uma sessão em que, tenho de reconhecer, os nervos estão muito exaltados, as pessoas estão exaltadas, vamos ter calma, o Líder, deputado Heraldo Rocha, é muito sensato, e o deputado Waldenor propõe ao deputado Leur Lomanto, ao deputado Heraldo, ao deputado Pedro Alcântara, que sentem, e se chegarem a um acordo eu agradecerei em nome da Casa, porque vou repetir: todo mundo aqui tem um objetivo político, mas o único objetivo principal é o interesse da Bahia.

Então, gostaria de consultar o deputado Heraldo Rocha se suspendo a sessão por 30 minutos, se V.Ex<sup>as</sup> sentam nas comissões, deputado Pedro Alcântara, deputado Waldenor, deputado Leur Lomanto e o deputado Heraldo Rocha.

V.Ex<sup>a</sup> concorda, deputado?

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, quero parabenizar a condução na minha ausência, porque estava no interior do Estado, cumprindo meu mandato, quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> que, de parte da nossa Bancada, temos o maior objetivo para que as coisas caminhem com a melhor serenidade e com muita ética, porque não podemos, Sr. Presidente, permita-me com o respeito que tenho à Bancada do governo e a V.Ex<sup>a</sup>, essa atuação esdrúxula, essa truculência que vem sendo feita com o Regimento da Casa.

O deputado Júnior Magalhães, logo que chegava de viagem, vi sua colocação de uma forma muito precisa, muito competente, fez as colocações devidas. A coisa está de uma forma, o atropelamento está uma coisa tamanha, gritante, que considero que nós precisamos dar uma parada. Acho que os Líderes nesta Casa e os deputados precisam dar uma parada para analisar que não estamos... E V.Ex<sup>a</sup> até disse: ótimo, a televisão está gravando, ótimo, temos as Galerias para verem a que ponto chegou a truculência deste governo com a Minoria desta Casa. Todo Parlamento tem Maioria e Minoria. A coisa chegou a um grande ponto de desajuste do governo, não só na parte administrativa, mas agora também na parte política.

Estamos dando entrada numa representação, e V.Ex<sup>a</sup>, com 20 anos de Casa, nunca viu isso no Parlamento. V.Ex<sup>a</sup> nunca viu o governo falar do próprio governo. Isso é uma coisa *sui generis*. Estamos entrando agora...

O Sr. Pedro Alcântara:- É fogo amigo.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não é fogo amigo não, deputado. Não é fogo amigo, não, é realidade, deputado. Estamos entrando agora com uma representação no Ministério Público federal, no Ministério Público estadual, na Procuradoria da

República e no Tribunal de Contas do Estado a respeito das denúncias gravíssimas formuladas pelo Líder do PT, o nobre deputado Paulo Rangel. O governo está omissa como V.Ex<sup>a</sup> disse hoje na imprensa, eu li no avião, está omissa. O governo silenciou. Até os arautos do governo, como o deputado Álvaro Gomes, silenciaram. Que coisa triste para a história do PCdoB!

Então, quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> que vamos ao término desta sessão sentar com o nosso Líder que ontem veio de Conquista, deve estar cheio de votos naquela região. Vi alguns *outdoors* dele lá. Depois desta sessão, vamos sentar de forma serena e responsável, como disse o deputado Júnior Magalhães, dentro da legalidade.

O Sr. PRESIDENTE ( Marcelo Nilo):- Deputado Leur, V.Ex<sup>a</sup> concorda?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Concordo

O Sr. PRESIDENTE ( Marcelo Nilo ):- Deputado Pedro Alcântara, concorda?

O Sr. Pedro Alcântara:- (Inaudível) Agora se for com esse espírito para essa reunião, depois do pronunciamento do deputado Heraldo Rocha eu acredito...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas esse é o papel da Oposição.

O Sr. Pedro Alcântara:- (...) Mas eu concordo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou fazer o seguinte, o último orador que pediu questão de ordem foi o meu querido amigo Gilberto Brito que espera ali pacientemente.

O Sr. Gilberto Brito:- Serei muito breve.

O deputado Waldenor invocou a história falando a respeito dos gregos quando da concepção da política como meio norteador da conduta humana para harmonizar os conflitos. E um dos homens que mais demonstrou isso em toda história brasileira recente, Dr. Luiz de Deus, foi alguém que, se vivo fosse, estaria aniversariando hoje, o deputado Ulysses Guimarães. Em momento algum, a Casa se lembrou dele - em que pese tanta tempestade. Talvez foi num momento de tempestade que ele veio serenar o mar e, por certo, também dentro do espírito, da maneira pausada, responsável, equilibrada e sensata. Na paralisação que a Casa vai fazer agora, por 30 minutos, que o espírito do Dr. Ulysses encarne em cada um e a paz volte a ser restabelecida. Muito obrigado.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE ( Marcelo Nilo ):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, se V.Ex<sup>a</sup> me permite, eu gostaria de dar apenas uma sugestão a V.Ex<sup>a</sup> e aos demais Líderes.

O deputado Reinaldo Braga que aqui está foi presidente da Comissão de Reforma do Regimento quando eu fui presidente desta Casa, também quando o deputado Clóvis Ferraz foi presidente e, naturalmente, continua agora como presidente, um dos mais competentes e conhecedores do Regimento Interno. Acredito que a presença de V.Ex<sup>a</sup>, deputado Reinaldo Braga, com todos os Líderes, é importantíssima, até porque V.Ex<sup>a</sup> melhor do que ninguém pode dizer o que foi discutido em todos esses anos em termos de reforma do Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gilberto Brito, eu também

gostaria de que V.Ex<sup>a</sup> participasse dessa reunião porque é presidente da Comissão do Regimento.

A Sr<sup>a</sup> Eliana Boaventura:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada Eliana, quer uma questão de ordem? Último orador, por favor, para que possamos encerrar.

A Sr<sup>a</sup> Eliana Boaventura:- Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Deputados, nós do Partido Progressista desde ontem estamos tentando colocar aqui os esclarecimentos a respeito da denúncia feita pelo deputado Paulo Rangel. Infelizmente, ontem, a Oposição pediu uma questão de ordem, derrubou a sessão e hoje não foi possível ainda. Mas no primeiro momento estamos aqui com documentos emitidos pelo presidente Mário Negromonte pedindo de imediato a apuração e estamos com todas as respostas. Infelizmente, ainda não tivemos tempo mas queremos registrar para os Srs. Deputados que aqui cobraram respostas, que nós estamos aqui com todas as respostas aguardando apenas a oportunidade para podermos colocar, através da tribuna, tudo que aconteceu e o que está acontecendo na Bahia Pesca.

Então, peço aos Srs. Deputados que não se excedam nas denúncias nem façam da forma como já fizeram na tribuna, porque, na realidade, nós temos todas as respostas para os questionamentos aqui feitos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a sessão, convocando uma sessão extraordinária, conforme anunciada anteriormente, para as 18 horas e 30 minutos. Faço um apelo aos deputados Waldenor Pereira, Heraldo Rocha, Leur Lomanto Júnior, Pedro Alcântara, Gilberto Brito, Reinaldo Braga e Paulo Câmara, que é o deputado que estou designando para relatar a matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, Srs. Deputados, gostaria que fosse aberto o Salão Nobre para os Srs. Deputados e espero que a fumaça branca chegue aqui por debaixo dessa porta para que nós possamos continuar com este Parlamento em paz.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro a presente sessão suspendendo-a por 15 minutos, uma vez que os líderes estão em negociação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Informo à Secretaria da Mesa que reabro os trabalhos e suspendo-os por mais meia hora, tendo em vista que os Líderes partidários estão em negociação.

Reabriremos a sessão às 19h10min.

O Sr. Presidente (Jurandy Oliveira):- Declaro reabertos os trabalhos e suspensos por mais 40 minutos enquanto as Lideranças se entendem, para continuação da nossa sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vamos suspender a sessão por mais 30 minutos até que as lideranças cheguem a um acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Declaro reaberta a sessão e suspendo-a por mais 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Declaro reaberta a sessão, mas tendo em

vista que o acordo de lideranças ainda continua em discussão, suspendo por mais 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reaberto os trabalhos, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*